

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE MARABÁ
FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS DO ARAGUAIA-TOCANTINS
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

ROSEANE SILVA VILA NOVA

**A PROFISSIONALIZAÇÃO DA POLÍTICA. UMA ANÁLISE DA
CIRCULAÇÃO PARLAMENTAR NA CÂMARA MUNICIPAL DE
MARABÁ (1988-2012).**

MARABÁ-PA

2013

ROSEANE SILVA VILA NOVA

**A PROFISSIONALIZAÇÃO DA POLÍTICA. UMA ANÁLISE DA
CIRCULAÇÃO PARLAMENTAR NA CÂMARA MUNICIPAL DE
MARABÁ (1988-2012).**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado a Universidade Federal do Pará – Faculdade de Ciências Sociais do Araguaia – Tocantins, como requisito final para obtenção dos títulos de Licenciatura Plena e Bacharel em Ciências Sociais, área de concentração em Ciência Política.

Orientador: Prof^ª Dr.^ª Célia Congílio

MARABÁ-PA

2013

“A política é como a perfuração lenta de tábuas duras. Exige tanto paixão como perspectiva. Certamente, toda experiência histórica confirma a verdade - que o homem não teria alcançado o possível se repetidas vezes não tivesse tentado o impossível. Mas, para isso, o homem deve ser um líder, e não apenas um líder, mas também um herói, num sentido muito sóbrio da palavra. E mesmo os que não são líderes nem heróis devem armar-se com a fortaleza de coração que pode enfrentar até mesmo o desmoronar de todas as esperanças. Isso é necessário neste momento mesmo, ou os homens não poderão alcançar nem mesmo o que é possível hoje. Somente quem tem a vocação da política terá certeza de não desmoronar quando o mundo, do seu ponto de vista, for demasiado estúpido ou demasiado mesquinho para o que ele lhe deseja oferecer. Somente quem, frente a tudo isso, pode dizer “Apesar de tudo!” Tem a vocação para a política.”

(Max Weber)

RESUMO

“A política virou um departamento
à parte, dissociado da sociedade”

Chico Alencar (PSOL- RJ)

A presente pesquisa sobre a profissionalização da política teve como principal objetivo promover uma discussão sobre a circulação parlamentar na Câmara Municipal de Marabá, a partir do ano de 1988 até as últimas eleições de 2012, a fim de identificar os fatos nocivos à população, à máquina pública e ao erário causados pela permanência “perpétua” no poder de determinados parlamentares, haja vista que foi constatado, através deste estudo, que o município de Marabá apresenta vereadores que estão no poder há mais de 20 anos com suas carreiras políticas consolidadas e sem sinal de crise com o seu eleitorado, apesar do fosso social marabaense teimar em manter o abismo entre essas carreiras políticas de sucesso e a real condição do povo e de seus anseios. Assim, através desta pesquisa realizamos um estudo da trajetória política individual dos parlamentares que mais se destacaram ao longo dos últimos 24 anos e pudemos observar como relevante e característico da Câmara Municipal de Marabá, elementos que nos levam a constatar a profissionalização política no município. O principal objetivo desta profissionalização é assegurar a continuidade da carreira legislativa ou a progressão na carreira política, esta última, através da alternância em alguns casos entre os mandatos de vereador e cargos de confiança no executivo. A Obra de Marx Weber, **A Política como Vocação**, apesar de não tratar diretamente a parlamentarização, ainda assim, será nossa principal referência teórica para este estudo por ser um dos maiores clássicos da Ciência Política e também nos fornecer os elementos necessários a construção de uma visão crítica em relação a nossa classe política e também nos apontar o caminho à ser percorrido na construção do tão almejado “político ideal”.

Palavras – Chave: Política, Profissionalização, Ideal Político, Estado.

LISTA DE IMAGENS

Imagem 01: Carlos Leitão e família.

Imagem 02: Sede do Burgo do Itacaiúnas.

Imagem 03: “Produção de Castanha-do-Pará”

Imagem 04: “Os únicos moradores que não abandonaram a cidade durante todo o período da cheia de Marabá em 1926.

Imagem 05: “Banquete oficial da Intendência de Marabá a Vossa Excelência o Dr. Deodoro de Mendonça”.

Imagem 06: “Enchente em Marabá em 1980”.

Imagem 07: “Enchente em Marabá em 1980, ex- vereador Alberto Moussalem”

Imagem 08: Palacete Augusto Dias

LITA DE SIGLAS

CMM: Câmara Municipal de Marabá
CD: Câmara dos Deputados
PMM: Prefeitura Municipal de Marabá
PSOL: Partido Socialismo e Liberdade
PCdoB: Partido Comunista do Brasil
PCB: Partido Comunista Brasileiro
PSDB: Partido Social Democrata Brasileiro
PL: Partido Liberal
PFL: Partido da Frente Liberal
PST: Partido Social Trabalhista
PTB: Partido Trabalhista Brasileiro
PSB: Partido Socialista Brasileiro
PT: Partido dos Trabalhadores
PPS: Partido Popular Socialista
PR: Partido da República
PDT: Partido Democrático Trabalhista
PROS: Partido Republicano da Ordem Social

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO

CAPÍTULO I- UMA BREVE ABORDAGEM SOBRE A ORIGEM DO ESTADO

- 1.1 Concepções de Estado e ideal político em Platão
- 1.2 Concepções de Estado e ideal político em Aristóteles
- 1.3 Concepções de Estado e ideal político em Thomas More
- 1.4 Concepções de Estado e ideal político em Maquiavel
- 1.5 Concepções de Estado e ideal político em Karl Marx
- 1.6 Concepções de Estado e ideal político em Weber

CAPÍTULO II- PROFISSIONALIZAÇÃO POLÍTICA

- 2.1.1 A Profissionalização do Legislativo
- 2.1.2 A Profissionalização do político
- 2.1.3 A Profissionalização da carreira política

CAPÍTULO III – CIRCULAÇÃO DE VEREADORES NA CAMARA MUNICIPAL DE MARABÁ: HIPÓTESE DE TRABALHO

- 3.1 Organização da Câmara Municipal de Marabá
- 3.2 Circulação de Vereadores na Câmara Municipal de Marabá

CONSIDERAÇÕES FINAIS

REFERÊNCIAS

ANEXO

INTRODUÇÃO

O município de Marabá está situado no estado do Pará, mais exatamente no sudeste paraense, a cerca de 500 km da capital Belém. Segundo o site da CMM que conta a história do município, a denominação Marabá é de origem indígena e quer dizer filho do prisioneiro ou estrangeiro ou ainda filho da índia com o branco. Também segundo o site da CMM esta região começou a ser explorada ainda no século XVI pelos portugueses, porém, permaneceu inabitada por cerca de 300 anos sendo o espaço povoado efetivamente por colonizadores a partir de 1892. O município foi criado em 27 de fevereiro de 1913 por força da reivindicação da comunidade marabaense, sua instalação foi em 05 de abril de 1913, mas, somente a lei 2.207 possibilitou ao município receber o título de cidade em 27 de outubro de 1923. Marabá encontra-se entre dois grandes rios, Itacaiúnas e Tocantins, sendo o povoamento da bacia do rio Itacaiúnas de fundamental importância para a formação deste município.

Mendonça, em seu livro “Viagem ao Tocantins” (1983), afirma que o primeiro a participar da formação do povoado era um chefe político foragido da guerrilha do Goiás, o pioneiro foi o coronel Carlos Gomes Leitão que assentou-se cerca de uma légua a baixo da foz do rio Itacaiúnas criando ali um núcleo agrícola que começa a crescer e recebe o nome de Burgo do Itacaiúnas em 1895, conforme podemos observar nas imagens a baixo:



Fonte: Acervo Casa da Cultura de Marabá¹

¹Textos extraídos do livro: **Mendonça**, Deodoro “Viagem ao Tocantins” (1927). 2ª Edição. Belém: Grafisa, 1983.



Fonte: Acervo Casa da Cultura de Marabá

Ainda segundo o livro “Viagem ao Tocantins” (1983), a partir daí os habitantes do burgo começam a entrar e explorar a floresta e logo nas primeiras explorações descobriram uma grande quantidade de caucho, sendo este o motivo do primeiro grande fluxo intenso de imigrantes para esta região e estes imigrantes eram principalmente goianos e maranhenses. O comerciante Francisco Coelho da Silva, natural da cidade de Grajaú no Estado do Maranhão, onde tinha família e uma casa de comércio chamada Marabá, foi atraído por esta riqueza e em 07 de junho de 1898 mudou-se para junção dos rios Itacaiúnas e Tocantins a fim de negociar com os extratores de caucho que subiam o rio, ergueu um barracão e o chamou de Marabá em homenagem a sua antiga casa de comércio, assim, o arraial tornou-se ponto obrigatório de parada para os negociantes de caucho o que fez com que o pequeno arraial crescesse ainda mais virando um entreposto comercial entre os rios.

Hebette (2004), afirma a despeito da ocupação da microrregião de Marabá que, anteriormente a chegada das frentes pioneiras, esta região já era habitada por populações indígenas e também algumas populações não-indígenas espalhadas ao longo do rio Tocantins, cenário que só irá mudar, segundo ele, ao final do século XIX onde se intensificam os fluxos migratórios em função da procura por pedras preciosas, em função da expansão da pecuária, da exploração do látex, e depois da exploração da castanha-do-pará.

Mendonça (1983) destaca que ocorre, em 1920, a desvalorização do caucho e tem início um novo ciclo econômico na região, a exploração da castanha do Pará em larga escala, que permanecerá como principal sustentáculo da região por mais de seis décadas conforme ilustra a imagem a baixo:



“Produção de Castanha-do Pará”

Fonte: Acervo Casa da Cultura de Marabá

Falar de Marabá e não reservar um pequeno espaço para mencionar as enchentes dos rios Tocantins/Itacaiúnas que assolam a cidade desde os primórdios da ocupação da região é como se faltasse alguma coisa para os filhos desta terra, pois, sou natural de Marabá e a enchente é parte da minha história e também parte da história dos que aqui escolheram para morar. Em 1926 houve a primeira grande enchente que se tem notícia que praticamente destruiu toda a cidade, conforme podemos observar nas imagens a baixo:



Os únicos moradores que não abandonaram a cidade durante todo o período da cheia de Marabá em 1926.
Fonte: Acervo Casa da Cultura de Marabá

Em 1927 o governador do Estado envia a Marabá o Dr. Deodoro de Mendonça para averiguar os estragos da enchente, haja vista que, naquele momento Marabá já era a maior produtora de Castanha da região tocantina e esta visita foi registrada no livro “Viagem ao Tocantins” conforme registro a baixo:



“Banquete oficial da Intendência de Marabá a Vossa Excelência o Dr. Deodoro de Mendonça”. Fonte: Acervo Casa da Cultura de Marabá.

Em 1980 ocorreu a segunda maior enchente da história de Marabá que podemos dimensionar através das imagens a baixo:



O ex-deputado Plínio Pinheiro e o ex-prefeito coronel Aguiar e os ex-vereadores Manoel do Nilo, Francisco Ribeiro Alves (o Bebê), de chapéu de palha, e Eduardo Chuquia desembarcam após um passeio fluvial pela cidade para avaliar a dimensão da enchente de 1980

Fonte: Jornal Correio de Tocantins, Marabá, 05 de Abril de 2000 – Pag 7
Acervo Casa da Cultura de Marabá.



Fonte: Jornal Correio de Tocantins, Marabá, 05 de Abril de 2000 – Pag 7
Acervo Casa da Cultura de Marabá.

Retomando a cronologia dos acontecimentos, em 1936, segundo informações fornecidas pela CMM, através da lei nº 15 de 29/12/1936 a Câmara sancionou autorização para PMM construir na Praça Duque de Caxias um prédio para abrigar a sede da Prefeitura, da Câmara, Secretarias e do Fórum, esta lei foi sancionada pelo prefeito Augusto de Figueiredo Dias (1936-1939) e por este motivo recebeu o nome de Palacete Augusto Dias conforme imagens a baixo:



Palacete Augusto Dias

Fonte: Acervo pessoal Roseane Vila Nova

Conforme informações retiradas dos arquivos da CMM, ao final da década de 60, Marabá foi palco de diversos acontecimentos que mudariam definitivamente a história da região sul do Pará. Estamos falando de um dos episódios mais importantes da história recente do Brasil: A Guerrilha do Araguaia, um levante contra a ditadura e sua política autoritária e violenta; foi um movimento promovido pelo PCdoB que era

uma dissidência armada do PCB que pretendia a exemplo das Revoluções Cubana e Chilena fomentar no Brasil uma revolução socialista. Em resposta a este movimento o Governo Federal enviou tropas para região e Marabá tornou-se a principal base de operações de uma violenta repressão - mas isto é matéria para outra oportunidade.

Neste contexto de transformações trazemos para este estudo as importantes considerações de Pere Petit em seu livro “Chão de Promessas” (2003), onde afirma que as frentes migratórias para a cidade de Marabá surgiram em virtude dos diversos ciclos econômicos vividos pela região. Segundo o autor, foi um dos municípios que sofreu maior impacto da intervenção na Amazônia das mais diversas instituições controladas pelo Governo Federal. Mas pretendemos focar aqui o processo de consolidação do poder econômico das chamadas Oligarquias do Tocantins, outro momento significativo da história marabaense e que merece destaque neste trabalho. Essas famílias oligárquicas passaram a disputar o controle das principais instituições políticas locais, e conseguiram ampliar ainda mais seu poder político e econômico em função de alianças estabelecidas com os chefes do executivo paraense e devemos destacar que estas alianças foram construídas pelo atualíssimo e vigente sistema de troca de favores entre os governadores e os chefes políticos locais.

Pere Petit aponta as principais Oligarquias do Sudeste Paraense a partir dos anos 1920: a oligarquia Deodoro Machado de Mendonça e posteriormente a Oligarquia Mutran que, entre os anos 1988 e 1991 controlavam quase todas as esferas do poder, quando o chefe da família elege-se deputado estadual, além de controlar a prefeitura, a câmara e o judiciário em Marabá conforme podemos constatar no trecho a baixo:

O Vavá Mutran, agora em nome do governador Jader Barbalho, e com o apoio da juíza Ezilda Pastana, nora dele, e do Prefeito Nagib Mutran, faz e acontece e ninguém pode dizer nada, porque até a Polícia tem medo dele. (Vereador Miguel Gomes Filho em depoimento ao Jornal *O Liberal* 1992). (Pere Petit, 2003, pág. 218).

Ainda segundo Pere Petit, em 1970 há uma mudança no cenário local quando Marabá é declarada Área de Segurança Nacional; este fator contribuiu para o aparecimento de novos atores políticos no município, dissociados das famílias oligárquicas já mencionadas. O primeiro prefeito interventor foi o capitão do exército Elmano Melo, que exerceu o cargo entre os anos de 1971 e 1972. Logo após Pedro Marinho foi o interventor, posteriormente a este, em 1975, o indicado foi Haroldo Bezerra que permaneceria no cargo até 1979. Assim, a oligarquia Mutran começa declinar efetivamente quando é cassado o mandato, pela Assembléia Legislativa, de “Vavá” Mutran em 1992, por ter assassinado um fiscal da Secretaria da Fazenda e condenado a nove anos de prisão em regime fechado, Aliado a isto, a transferência da Juíza Ezilda Pastana nora de Vavá, para outro município bem como a cassação do mandato de Prefeito de Nagib Mutran Neto mudaram o cenário político de Marabá, conforme podemos constar a baixo:

“Eu estava no Amapá, quando [...] houve o assassinato de um fiscal do qual participou diretamente Vavá Mutran [...]. E daí foi feita a frente anti- Mutran. Nesse caso aí eu entrei como candidato que a frente apoiou

[...]. Teve duas frentes anti-Mutran, PSDB, PL, PFL, PST e tinha mais um o PTB. A frente pequena era PSB, PC-do-B, PT e PPS [...]. As duas frentes [...] trabalhamos juntos.” (Depoimento de Haroldo Bezerra – Chão de Promessa- Pere Petit, pag. 219).

Em 1992 Haroldo Bezerra (1993-1996) é eleito prefeito de Marabá em função de uma coligação de forças políticas, religiosas e movimentos sociais unidos pela vontade de derrotar a oligarquia Mutran, que concorreria novamente à prefeitura em 1996, apoiados por Jader Barbalho e José Sarney, quando foram novamente derrotados, agora pelo médico Dr. Geraldo Veloso (1997- 2000). Apesar, da derrota os Mutrans demonstraram novamente sua força eleitoral quando elegeram quatro vereadores sendo dois deles, membros da família.

Em suma, de acordo com as informações fornecidas pela CMM durante nossa pesquisa, o primeiro chefe do poder executivo de Marabá foi o coronel Antonio da Rocha Maia (1913), desde então, até o mandato vigente foram 36 prefeitos. Após a morte do prefeito Dr. Geraldo Veloso (PSDB), já em 2001 assume o seu vice Sebastião Miranda Filho (PDT) que é reeleito em 2004; em 2009 é eleito o Sr. Maurino Magalhães de Lima (PR), que antes disto, foi eleito vereador por cinco mandatos consecutivos (1988, 1992, 1996, 2000 e 2004). Nas eleições de 2012 é eleito para prefeito de Marabá o Sr. João Salame Filho (PROS). A câmara de vereadores de Marabá a partir de 2013 terá 21 veadores em sua bancada possuindo ainda dois membros oriundos das Oligarquias do Tocantins: Nagib Mutran Neto (Presidente da Câmara e eleito com a maior votação do pleito de 2012 com 2.365 votos, segundo informações do site da CMM) e Guido Mutran Júnior (PMDB) que também possui cinco mandatos, porém, não consecutivos nas seguintes eleições: 1984, 1992, 1996, 2000 e 2012.

Nesta perspectiva, dividimos esta pesquisa em quatro momentos: no primeiro momento promovemos um passeio por fatores relevantes da história política e econômica do município de Marabá; no segundo momento trouxemos uma breve abordagem sobre a origem do Estado e sua concepção em Platão, Aristóteles, Thomas More, Maquiavel, Karl Marx e Max Weber; no terceiro momento discorremos sobre a profissionalização política onde falamos sobre a profissionalização do legislativo, a profissionalização do político e também a profissionalização da carreira política; no quarto e último momento trouxemos como hipótese de trabalho uma análise sobre circulação de vereadores entre os anos 1988 até 2012, tendo como referência as taxas de renovação/permanência levando em consideração a trajetória individual dos vereadores que mais se destacaram neste período, com base nas entrevistas e questionários realizados para este fim, e também com base nos dados fornecidos pela CMM.

Segundo a tese de doutorado de Mayla Di Martino (2009), no Brasil, pelo menos metade da Câmara dos Deputados se renova a cada eleição desde o pós Segunda Guerra. Ainda segundo ela, as crônicas jornalísticas recebem com apreço as altas taxas de renovação, pois elas representam uma espécie de mecanismo de punição de que podem se valer os eleitores em um regime democrático. No meio acadêmico Mayla afirma que

os principais estudos sobre circulação parlamentar apontam a intensidade do fenômeno como “endêmico”, o que indica falta de institucionalização do legislativo brasileiro (Marengo dos Santos, 2000).

Marengo dos Santos (2000) conclui que na Câmara dos Deputados: “*turnover* não consiste na mera substituição ou revezamento de quadros já experimentados, mas na franquia de cadeiras legislativas a indivíduos estranhos ao mundo político”; frente a isto, pretendemos fazer um paralelo destas taxas de renovação parlamentar na Câmara dos Deputados com as nossas taxas de renovação na CMM, e também analisar os fatores relevantes de nossas taxas de permanência, haja vista que a Câmara de Marabá segue com vários vereadores há mais de 20 anos no poder ao sabor dos incentivos institucionais existentes que corroboram para uma carreira política estável e de sucesso. É para este fato que gostaríamos de chamar atenção neste projeto, haja vista que a má performance de alguns de nossos políticos locais não apenas no legislativo mas também no executivo justifica esta pesquisa sob o ponto de vista da opinião pública e nos leva a uma questão: *Há uma profissionalização política na Câmara Municipal de Marabá?* É esta questão que motiva a presente pesquisa, porém, devemos entender aqui como profissionais “os que vivem da e para a política”, segundo Max Weber (1982 [1946], p. 105).

A questão acima desencadeia, na verdade, uma série de outros questionamentos, mas, o principal fator que motivou esta pesquisa repousa na inquietação de verificar até que ponto nossos parlamentares estão de fato comprometidos como o fosso social que assola nossa cidade? Até que ponto se expressa a **vocação política**, nos termos weberianos, em nossos parlamentares? O pano de fundo da corrida à Câmara na verdade é motivada pelos altos salários e incentivos? A busca, na verdade, é pela estabilidade na carreira política, o que termina alterando o perfil dos que se interessam em concorrer a uma vaga na Câmara atraindo personagens descompromissados e “estranhos ao mundo político”, conforme afirma Marengo (2000)? Nossos vereadores estão a serviço dos financiadores de campanhas eleitorais? Estão a serviço dos interesses do partido ou de seus próprios interesses? Ou na verdade, há “a prática de uma política meramente formal, criando uma espécie de teatralização da ação democrática” conforme afirma Joyce Ikeda (2011, pag.16) em sua tese de conclusão de curso? Ou mais, se a nossa política na verdade está sendo exercida por indivíduos que a tratam como uma atividade descartável? Partimos de uma hipótese de trabalho que repousa na circulação de vereadores na Câmara Municipal de Marabá tendo referência teórica também os estudos desenvolvidos por Mayla Di Martino (2009), que afirma seguramente que: “no Brasil, o incremento da competição para disputa por postos políticos e a democratização do processo de recrutamento político foram marcados pela progressiva profissionalização da elite parlamentar, o que culminou em uma mudança na natureza da circulação de deputados pelo Congresso Nacional”.

Diante do exposto, nosso objetivo consiste em promover uma discussão em torno da profissionalização da política no município, sem, obviamente, ter a pretensão de formatar uma tese completa e acabada sobre as muitas questões que envolvem a

profissionalização da política, nem tampouco, apresentar soluções que minimizem ou anulem por completo seus efeitos nocivos. Porém, se este trabalho conseguir levar esta discussão a população marabaense e gerar reflexão por parte dos eleitores, isto por si só, nos trará um imenso sentimento de dever cumprido. Assim, nossa abordagem foi construída frente às perspectivas do método compreensivo apresentado por Weber (1992. P. 314), onde o objeto formal consistente em compreender e explicar a ação social (Sell, 2006, p181). Assim, escolhemos este viés por também acreditar que é necessário entender o sentido que as ações de um indivíduo contem e não apenas levar em consideração o aspecto exterior dessas ações. (Sell, 2006, p.182).

Para dar corpo a esta pesquisa realizamos um levantamento histórico através de uma espécie de “linha do tempo” mantida pela CMM que registra todos os acontecimentos políticos desde os primórdios da ocupação de Marabá e região. Utilizamos também os extratos dos livros de Ata da CMM para realizarmos nossas pesquisas quantitativas sobre a circulação parlamentar de vereadores no período de 1988 a 2012, por julgar este período (24 anos), razoável para medir o tempo de permanência/renovação dos vereadores em seus cargos. Consultamos também o arquivo fotográfico da Fundação Casa da Cultura de Marabá que foi de fundamental importância na ilustração de momentos marcantes da história do município. Examinamos diversas literaturas para reviver momentos importantes da história política e econômica de Marabá através dos seguintes autores: Pere Petit (2003), José da Silva Brandão (1998) e também a obra de autor anônimo “Viagem ao Tocantins” (1983).

Para realizarmos uma análise da trajetória individual dos parlamentares que permaneceram por mais tempo em seus mandatos, realizamos entrevistas semiestruturadas com um questionário fixo e pré-elaborado contendo 12 questões. Em decorrência da agenda de compromissos dos vereadores, sempre repleta de compromissos, optamos por receber as respostas dos entrevistados via e-mail, a fim de viabilizar a entrevista, oferecendo mais conforto aos parlamentares e também garantir a transparência em relação ao conteúdo das respostas dos entrevistados.

Nosso intuito era conversar com seis vereadores em exercício, porém, apenas três nos concederam entrevista; dentre estes, apenas um dos entrevistados está em seu primeiro mandato, porém, ocupou por cerca de vinte anos diversos cargos de relevância no poder executivo municipal; os demais todos acumulam mais de cinco mandatos alguns consecutivos e outros não, este foi o critério utilizado para eleger os entrevistados, a antiguidade no cargo e conseqüentemente o acúmulo de bens políticos. Em relação ao roteiro para as entrevistas buscamos pensar as questões de forma clara e imparcial visando o bom entendimento dos entrevistados, indagamos sobre o motivo que os levaram a enveredar pelos caminhos políticos; indagamos também a quantidade de mandatos a fim de verificar a antiguidade no cargo; questionamos a respeito da filiação partidária e também se houve mudança de partido ao longo da vida pública dentre outras questões. Convidamos também nossos entrevistados a manifestarem sua opinião acerca das manifestações populares que ocorreram em 2012 e também manifestarem sua opinião sobre a vida política ser uma questão de vocação ou profissão.

Para análise dos dados coletados escolhemos como opção metodológica as técnicas apontadas pelo método estatístico apresentado por Lakatos e Marconi (2003. P. 108), que consiste em reduzir fenômenos sociológicos, políticos, econômicos, etc. a termos quantitativos, comprovando as relações entre si desses fenômenos e produzindo uma descrição quantitativa da sociedade. Assim, optamos por iniciar nossa análise realizando um estudo estatístico para medir as taxas de circulação/permanência de vereadores na CMM desde 1988 até 2012 e comprovamos as relações existentes de semelhança com as taxas de circulação/permanência na Câmara dos Deputados desde 1946 até 2007.

Ademais, após a classificação e a análise dos dados coletados fizemos um paralelo da realidade observada com as teorias e o pensamento clássico por acreditar que não é possível realizar uma análise justa de um momento político específico, ou anterior, ou até mesmo pensar a política contemporânea sem partir da análise dos clássicos da política, de modo que, nas próximas páginas abordaremos neste trabalho algumas concepções de Estado e também de ideal político a partir dos clássicos da política.

CAPÍTULO I – UMA BREVE ABORDAGEM SOBRE A ORIGEM DO ESTADO

O Estado sem dúvida é a maior organização política de toda a história da humanidade e para Bobbio (1986. P. 60), acerca da discussão secular que envolve a questão do Estado o que se deve levar em consideração e o que realmente mudou foi a relação existente entre Estado e sociedade: “Durante séculos a organização política foi o objeto por excelência de toda e qualquer reflexão sobre a vida social do homem”, e neste contexto, Aristóteles em *A Política* (1985) nos indica a família como a primeira, porém, imperfeita forma embrionária da *pólis*.

Quanto à origem do nome Estado Bobbio descarta completamente a possibilidade de o termo ter sido introduzido por Maquiavel em o *Príncipe* (2003) até mesmo por que segundo ele, pesquisas sobre o uso do termo “Estado” mostram que ocorreu a passagem do significado do termo *status*, que significa “situação”, para Estado, com o sentido moderno que conhecemos ainda na linguagem Quatrocentista, então, ele sustenta que Maquiavel não poderia ter usado o termo “Estado” no início de o *Príncipe* se o termo não fosse já naquela época de uso corrente.

Outra questão que Bobbio destaca é o que há de comum entre “Estado” e “política” que é o poder e para ilustrar esta questão ele recorre as considerações Lasswell e Kapla [1952] em sua obra *Poder e Sociedade* onde a teoria do Estado é considerada como parte da teoria política e em contrapartida a teoria política também passa a ser considerada como parte da teoria do Estado e neste contexto, o processo político é definido como “a formação, a distribuição e o exercício do poder, então, o conceito de Estado é reduzido ao de política e o conceito de política ao conceito de poder, que para Bobbio significa a instauração de uma outra problemática que é diferenciar o poder político de todas as outras formas que eventualmente podem assumir a relação de poder.

Ademais, não pretendemos aqui esgotar todas as questões que circundam a origem e o desenvolvimento do Estado até mesmo por que esta é matéria para uma outra oportunidade de pesquisa,. Nosso intuito foi realizar uma breve resenha sobre as principais teorias de concepção do Estado e ideal político a partir dos clássicos da política.

1.1 – CONCEPÇÕES DE ESTADO E IDEAL POLÍTICO EM PLATÃO

Segundo considerações do historiador porto-alegrense Schilling Platão (427/347 a.C.), foi o mais brilhante discípulo de Sócrates e considerado um dos principais pensadores gregos por influenciar profundamente a Filosofia Ocidental, era filho de uma família aristocrata e orgulhava-se de descender do grande reformador Sólon, foi também autor da primeira concepção de sociedade perfeita que se tem notícia através de uma de suas mais famosas obras, *A República*, seus ensinamentos serviram de arcabouço teórico para fomentar a maioria das utopias e também a maioria dos

movimentos de reforma social da humanidade, haja vista que, Platão foi um dos maiores críticos da democracia de seu tempo e por isso, dedicou-se a criar um regime político que aspirava construir uma **República** que fosse a cidade ideal, sob o julgo das leis da justiça e da harmonia onde cada um tivesse seu lugar e sua função específica conforme podemos acompanhar no diálogo de Sócrates a seguir:

“– Mas a cidade pareceu-nos justa, quando existiam dentro dela três espécies de naturezas, que executavam cada uma a tarefa que era própria; por sua vez, temperante, corajosa e sabia, devido a outras disposições e qualidades dessas mesmas espécies. ” (PLATAO, 2000. Livro IV. P. 130).

Terseur, afirma que Platão, através de Sócrates, revela os mistérios da humanidade indo muito além de sua época e atingindo a universalidade do pensamento humano, pois para ela, toda sua obra reflete a construção do Homem e do Estado ideal. Para Françoise Terseur, *A República*, de Platão, é a síntese do “HOMEM ESTADO”, que na verdade, quer dizer que o filósofo governante deve governar a si próprio e aos outros, ao passo que, o filósofo político deve viver em ausência de necessidades, o que significa na prática dizer que há uma transferência do ideal político para o interior do homem revelando o domínio de si próprio.

Segundo Madjarof, o Estado ideal de Platão é o reino do espírito, da razão e dos filósofos, pois estes seriam os únicos capacitados a assumir o poder, os únicos capacitados a entender e serem guiados pela justa medida, para Platão, a maior virtude que um administrador pode ter é a sapiência que lhe proporcionará o devido acesso aos valores de justiça e de bem embora, na prática, o Estado platônico seja a negação da liberdade, haja vista que, este deveria ser dividido em classes sociais, ou seja, na essência este Estado não seria uma sociedade de indivíduos semelhantes e sim uma sistematização da divisão do trabalho onde a classe dos filósofos teria a função de dirigir a República, a classe dos guerreiros teria a função de defender interna e externamente o Estado e à classe dos produtores (agricultores e artesãos) restaria a função da conservação econômica deste Estado conforme podemos acompanhar no trecho a baixo Sócrates à exemplo de Platão também aponta para a divisão de classes e tarefas:

“- Logo, a confusão e mudança para essas três classes uma para as outras seria o maior dos prejuízos para a cidade e com razão se poderia classificar de o maior dos danos. (PLATAO, 2000. Livro IV. P. 129);

Ainda de acordo com as considerações de Madjarof, esta subdivisão de classes nos remete ao fato pelo qual Platão assim como os gregos da época desprezavam o trabalho material, sendo estes, incompatíveis com o homem livre e portanto, justificaria a instituição da escravidão. Porém, a escolha por trazer o ideal, Político de Platão a este estudo se deveu ao fato da grande importância e função moral que ele atribui ao Estado transformando-o em um formatador/educador de homens virtuosos e também o fato de que para ele a política está fundamentada na ética.

1.2 - CONCEPÇÕES DE ESTADO E IDEAL POLÍTICO EM ARISTÓTELES

Segundo Toscano (2006), Aristóteles (384/322 a.C.) é considerado o criador do pensamento lógico, deixou a obra política mais influente da antiguidade clássica e da Idade Média, Política (1985), foi o primeiro tratado que se teve notícia sobre natureza, funções e divisão do Estado e as várias formas de governo, foi o primeiro sistematizador das coisas públicas e sua filosofia é prática e não ideal como a de Platão, mas, como este, defendia o equilíbrio e moderação na prática do poder, mas, também admitiu a escravidão e para ele os homens eram senhores ou escravos por natureza, ele valorizava a educação e a considerava uma forma de crescimento intelectual e humano conforme podemos acompanhar sua explanação sobre a educação no trecho a baixo:

[CRC1] Comentário: Não está na bibliografia

“Ninguém contestará que a educação dos jovens requer uma atenção especial do legislador, pois a negligência das cidades a este respeito é nociva aos respectivos governos; a educação deve ser adequada a cada forma de governo, porquanto o caráter específico de cada constituição a resguarda e mesmo lhe dá bases firmes desde o princípio – por exemplo; o caráter democrático cria a democracia e o caráter oligárquico a oligarquia, e o melhor caráter sempre origina uma constituição melhor.” (ARISTÓTELES, 1985, Livro VIII. Cap. I).

Ainda segundo Toscano, o principal pilar do Estado aristotélico é a moral, para Aristóteles o Estado é um organismo moral e possui a função de moralizar os cidadãos, de modo que, o fim último do Estado é a virtude, sendo este, superior ao indivíduo, sendo a coletividade superior ao indivíduo e sendo também o bem comum superior ao indivíduo. Aristóteles defende que o homem é um animal político por natureza, assim todas as suas necessidades só estarão supridas através do Estado e da sociedade conforme podemos constatar o que ele afirma a respeito da finalidade no bem comum:

“Uma vez que constituição significa o mesmo que governo, e o governo é o poder supremo em uma cidade, e o mando pode estar nas mãos de uma única pessoa, de poucas pessoas, ou da maioria, nos casos em que esta única pessoa, ou as poucas pessoas, ou a maioria, governam tendo em vista o bem comum, estas constituições devem ser forçosamente as corretas;”. (ARISTÓTELES, 1985. Livro III. CAP. V).

De acordo com as considerações de Toscano, a política aristotélica é essencialmente unida à moral e tem como objetivo principal a coletividade, para Aristóteles, a política nada mais é que a ciência da felicidade humana cuja missão principal é moralizar o indivíduo, o que transforma a política na doutrina moral social e o bem maior da política é a justiça, ou seja, o interesse do bem comum se sobrepondo aos interesses individuais conforme podemos acompanhar no trecho a baixo:

“Sustentamos (de conformidade com a nossa definição na Ética, se os argumentos nela apresentados têm alguma utilidade) que a felicidade é o

uso perfeito das qualidades morais, não condicionalmente, mas absolutamente. Quando digo “condicionalmente” refiro-me aquilo que é necessário, e com “absolutamente” quero dizer “bom em si mesmo”. (ARISTÓTELES, 1985. Livro VII, CAP. XII).

(Apud), O regime ideal para Aristóteles seria a mediania, o que equilibrasse a força dos ricos e o número de pobres, a sociedade ideal seria aquela que pudesse atenuar os conflitos entre ricos e pobres apesar, da presença de uma classe média poderosa. O regime político ideal de Aristóteles seria a **Timocracia**, neste regime o poder político é exercido pelos cidadãos abastados selecionados de acordo com sua renda, em outras palavras, para Aristóteles o controle social era necessário, mas, não é a falta de liberdade nem tampouco a ratificação da escravidão, ou aversão de Aristóteles a misturas étnicas, fato que o levou a romper com o mais celebre de seus discípulos, Alexandre o Grande, que nos motivou a trazer sua concepção de Estado e regime político ideal a esta discussão e sim o fato de que a função da política aristotélica a priori é descobrir a maneira de viver que leva a felicidade humana e posteriormente a isto, descobrir a forma de governo e as instituições que irão garantir esta estrutura e, sobretudo, o fato do Estado aristotélico ser, assim como, o Estado platônico essencialmente ligado à moral.

1.3- CONCEPÇÕES DE ESTADO E IDEAL POLÍTICO EM THOMAS MORE

Para estruturarmos esta pequena abordagem sobre Thomas More (1474-1535) utilizamos como referência um texto da Profª Rosineide Silva (<http://www.eduquenet.net/morus.htm>). Para ela, More foi um dos maiores representantes das ideologias humanistas do século XVI e seu ideal político era um monarca esclarecido, justo e sábio organizador das “sociedades perfeitas”, para ele, a sociedade ideal se assemelhava a sociedade concebida por Platão em A República. Em sua obra de maior relevância, A Utopia, More apresenta uma concepção teórica de um Estado perfeito onde se vivia plena liberdade religiosa e o trabalho era em prol do bem comum como podemos comprovar no trecho a baixo:

“Os habitantes de Utopia aplicam aqui o princípio da posse comum. Para abolir a ideia da propriedade individual e absoluta, trocam de casa a cada dez anos e tiram à sorte da que lhes deve caber na partilha.” (MORE, 1997, P. 81)

Para Rosineide Silva a sociedade ideal de More representa um antagonismo tanto entre a sociedade feudal quanto em todas as outras sociedades que o sucederam até chegarmos a sociedade contemporânea, inclusive, para ela, esta obra apresenta problemas enfrentados ainda hoje pela América Latina, África, Ásia e Terceiro Mundo além do mais, suas ideais se aproximavam muito dos modernos socialistas como podemos observar no trecho a baixo:

“Eis o que invencivelmente me persuade que o único meio de distribuir os bens com igualdade e justiça, e de fazer a felicidade do gênero humano, é a abolição da propriedade. Enquanto o direito de propriedade for o fundamento do edifício social, a classe mais numerosa e mais estimável não terá por quinhão senão miséria, tormentos e desesperos.” (MORE, 1997, P.71).

Segundo dados retirados da enciclopédia livre (Wikipédia), More era inglês, foi diplomata, escritor, advogado, além de extremamente religioso o que o levou a romper com Rei Henrique VIII por ser contrário a dissolução do matrimônio proposta pelo rei e também ao fato do rei ter atribuído a si mesmo o título de chefe supremo da Igreja na Inglaterra com o objetivo de validar a Lei de Sucessão, que garantiria a legitimidade de qualquer criança nascida da união do Rei Henrique VIII e Ana Bolena. Então, More foi acusado de traição, preso e decapitado, mas, nos últimos anos de sua vida dedicou-se aos dogmas da Igreja tanto que foi canonizado como santo da Igreja Católica em 1535 e o dia 22 de julho é dia de São Thomas More, patrono dos políticos e governantes. Porém, este não é o motivo pelo qual trazemos More a esta discussão e sim pelo fato de a ilha Utopia de Thomas More representar por mais de cinco séculos a busca incessante por um modelo perfeito de política e economia, onde os interesses coletivos se sobrepõem aos interesses individuais.

1.4- CONCEPÇÕES DE ESTADO E IDEAL POLÍTICO EM MAQUIAVEL

Maquiavel (2006), pertencia a uma família que possuía boa representação na burguesia toscana, porém, sua situação era modesta, ele entrou para a política aos 29 anos no cargo de Secretário de Segunda Chancelaria onde permaneceu por quatorze anos, porém, os rumos políticos de Florença mudaram em 1512 e a disputa de poder entre o Papa Júlio II e o Rei da França, Luís XII findaram a República florentina e Maquiavel foi demitido quando os **Médicis** retomaram o poder. Apesar de Maquiavel ter sido um funcionário importante do governo os Médicis não confiavam nele, foi torturado em 1513 e banido para sua pequena propriedade rural aos arredores de Florença e foi durante seu exílio que escreveu várias de suas obras inclusive, O Príncipe (2006), um pequeno livro que tinha um objetivo traçado: agradar aos que detinham o poder para recuperar seu cargo e retornar então ao poder. O Príncipe foi uma tentativa desesperada de cair nas graças da família Médici e por este motivo, foi dedicado a Lorenzo de Médici, sobrinho do Papa Leão X, porém, não foi o suficiente para reconduzir Maquiavel ao seu cargo e a vida pública.

Trouxemos Maquiavel a esta discussão, por ele ser um dos pensadores mais discutidos de todos os tempos e também pelo fato dele representar um marco do pensamento moderno, por ele representar uma ruptura de tudo que trouxemos até agora em Platão, Aristóteles e More, Maquiavel separa política e ética indo de encontro principalmente a Aristóteles que afirmou ser a política uma extensão da ética, foi o primeiro a tratar a política em seus próprios termos sem ligá-la a ética ou a jurisprudência, ele desprezava

o pensamento da Idade Média, ele esqueceu a Monarquia de Dante e afirmou que a origem do poder não é divina, mas, se encontra na força, por isso, para ele o triunfo dos mais fortes é o fator essencial da História como podemos acompanhar no trecho a seguir:

“Um príncipe portanto, não deve ter outro objetivo nem outro pensamento, nem se dedicar a outra coisa, que não a arte da guerra, suas regras e regulamentos, porque esta é a única atividade que se espera de quem comanda. E tal é sua importância que não só mantem os príncipes de sangue como eleva simples cidadãos ao principado. Diferentemente vê-se que quando os príncipes se preocuparam mais com futilidade que com as armas perderam seus Estados. ” (MAQUIAVEL, 2006. CAP. XIV. P.75).

Gruppi (1995) irá afirmar que Maquiavel através da recorrente reflexão que realizava sobre a realidade de seu tempo não elaborou propriamente uma teoria do Estado moderno e sim uma teoria de como se formam os Estados e as maneiras de conservá-los conforme podemos acompanhar no trecho a seguir:

“Quando se conquistam Estados que se governam por suas próprias leis e vivem em liberdade, existem três modos de conservá-los: o primeiro e aniquilá-los; o outro, e habitá-los pessoalmente e o terceiro, e deixá-los viver sob suas leis, cobrando-lhes tributos moderados e organizando um governo de poucas pessoas que se conservem fieis ao conquistador. (MAQUIAVEL, 2006, CAP. V. PA. 41).

Esta teoria de como se formam os Estados apresentada por Maquiavel, é para muitos o começo da ciência política como disciplina autônoma e emancipada, separada da moral e da religião; o Estado para Maquiavel não tem mais a função de garantir a felicidade e a virtude conforme a concepção aristotélica de Estado, também não é a preparação humana para o Reino de Deus como se concebeu na Idade Média e nem tampouco trata em sua obra de regimes idealizados e Utópicos como Platão e Thomas More; Maquiavel trata de nos fornecer uma teoria realista de como se constrói um Estado.

Ainda tendo como cerne as considerações de Gruppi,, para melhor entendimento de O Príncipe de Maquiavel, é necessário levar em consideração o contexto do conturbado momento renascentista vivido pela Itália onde os interesses individuais subjugavam e destruíam os interesses da coletividade. A mensagem central desta obra e de quase todas as obras de Maquiavel é o fato de que para ele a Itália deveria ser unificada para afirmar-se como potência, ele defendia que quanto mais fragmentado este poder for, mais incontrolável ele se torna, a partir daí podemos concluir que o ideal político de Maquiavel determina que o bom governo deve preservar o poder e que a felicidade do homem e da sociedade depende do bom exercício da vida pública.

Maquiavel defendia a centralização política através da força conforme podemos acompanhar no trecho a baixo:

“Os Estados querem sejam novos, velhos ou mistos, têm nas boas leis e nos bons exércitos os seus principais sustentáculos. E como não podem existir boas leis onde não há bons exércitos e onde houver bons exércitos as boas leis são vitais...” (MAQUIAVEL, 2006 CAP. XII. PAG.65);

Assim, podemos concluir que Maquiavel, apesar de abordar em O Príncipe duas espécies de governo, República e Monarquia, esta última é de fato o seu objeto de estudo e devemos salientar aqui também que em O Príncipe, ele deixa claro que para ele a força permite apenas instaurar a ordem e não que a força seja sinônimo de justiça e moralidade. Ademais, conforme afirma Sadek (2004): “Seu ponto de partida e de chegada é a realidade concreta. Daí a ênfase na *verita effettuale* – a verdade efetiva das coisas. Esta é a sua regra metodológica: ver e examinar a realidade tal como ela é e não como gostaria que ela fosse” o que nos leva a concordar com Sadek quando ela diz que é preciso resgatar sem preconceitos a mensagem deixada por Maquiavel para decifrar os enigmas de sua obra e chegar a “verdade efetiva”.

É importante salientar que após Maquiavel firmaram-se duas grandes concepções acerca do Estado: a teoria marxista e a teoria contratualista. A primeira trata da teoria elaborada por Karl Marx (1818-1883) que segundo Gruppi (1995 – P. 25 - 28), vai inaugurar uma visão crítica e contundente do Estado que receberá inicialmente o nome de crítica da concepção burguesa do Estado e posteriormente crítica da democracia burguesa ou do liberalismo. Logo após a Revolução Francesa tem início o comunismo utópico que objetivava principalmente mostrar que a liberdade e a igualdade da qual tratava a Revolução Francesa não era bem universal como se alardeava e sim destinada a apenas uma parcela da sociedade, o setor economicamente dominante, assim, a Revolução Francesa foi simultaneamente uma revolução política e econômico-social em favor da burguesia, então, Marx após aderir ao comunismo trata de tornar clara a verdadeira relação que havia entre a sociedade civil (conjunto de relações econômicas) e a sociedade política (Estado), coisa que o pensamento liberal teimava em esconder.

Gruppi (1995) também afirma que para Marx é o Estado que determina a estrutura econômica, o Estado é parte essencial da estrutura econômica pelo fato, de ser este, que a garante, ou seja, o Estado escravagista garante a dominação sobre os escravos, o Estado feudal garante as corporações e o Estado capitalista garante o domínio das relações da produção capitalista. Assim, podemos afirmar que o cerne da teoria marxista está na análise das relações econômicas, porém, ele não forneceu exatamente uma teoria do Estado, ou seja, não houve uma elaboração orgânica do problema do Estado, mas sim, uma teoria através da qual se pode construir a teoria do Estado e o ponto de partida nesta construção é a estrutura econômica do próprio Estado.

Já o contratualismo refere-se a correntes teóricas que surgiram entre os séculos XVI e XVIII tentando refletir e explicar como mais provavelmente se deu a criação do

Estado e como a sociedade agia antes e após a instauração do mesmo. Para esta breve abordagem sobre o tema escolhemos como referência um texto escrito por Patrícia Amaral (Direito - FUCAMP), que consideramos sucinto, direto e objetivo: segundo os contratualistas o Estado foi criado por meio de um contrato social e anteriormente a isto, os indivíduos viviam em estado de natureza e suas ações eram comandadas por sua própria consciência. Os filósofos contratualistas mais famosos são: Hobbes (1651), Locke (1689) e Rousseau (1762), porém, apesar de os três concordarem que o Estado formou-se a partir do contrato social eles divergem sobre o caminho tomado para a consolidação do pacto como por exemplo: Hobbes vê o ser humano como egoísta e competitivo por natureza, Locke afirma que este só se torna cruel após a violação de seus bens, ao passo que, Rousseau afirma que os homens nascem livres e a sociedade que o corrompe, no que tange ao contrato social, há mais divergências: Hobbes afirma que os homens firmam o pacto visando garantir segurança e paz, abrindo mão de todos os seus direitos e liberdades; Locke defende que o contrato é firmado para garantir os direitos naturais e a propriedade privada. Já Rousseau não considera o pacto a melhor solução, tendo em vista que, o homem perde sua liberdade e se torna servo. Enfim, a teoria contratualista liberal, neste trabalho, nos servirá de referência e embasamento para uma melhor compreensão em relação a nossa perspectiva de trabalho que será fundamentada em Marx Weber que estudaremos a seguir, e que cuja, matriz teórica também se fundamenta no materialismo histórico, porém, se distancia de Marx no que tange aos conceitos de poder e classe social.

1.5 – CONCEPÇÕES DE ESTADO E IDEAL POLÍTICO EM WEBER

Sell (2006), afirma que Marx Weber (1864-1920) foi um intelectual alemão cujo legado, ao contrário de outras teorias, permanece atual e recorrente, sua releitura continua fornecendo instrumentos que corroboram para interpretação do mundo moderno e destaca que seu minucioso estudo das religiões aponta para emergência do racionalismo da dominação do mundo, e que esta, é a marca fundamental da modernidade, ele foi crítico do marxismo e do positivismo. Era um cientista, porém, participou ativamente do debate político na Alemanha de sua época, cuja situação social rendeu diversas pesquisas, haja vista que, naquele momento, o capitalismo industrial avançava aceleradamente por toda a Europa, mas, a Alemanha mostrava-se tardia em relação à industrialização que só foi possível após a unificação dos territórios germânicos através do governo forte e centralizador de **Bismarck**, mas, que aumentou a burocracia estatal e acomodou a burguesia em relação ao seu papel político levando Weber a defender o fortalecimento do parlamento e lutar pelas eleições diretas para presidente, pois, para ele, o Estado era o líder da industrialização econômica.

Ainda de acordo com as considerações de Sell, é importante ressaltar que Weber irá construir sua teoria sociológica com base no sujeito, tendo o indivíduo como elemento central na explicação da realidade social, proporcionando a Sociologia uma nova vertente de interpretação da realidade social que recebeu o nome de teoria

sociológica compreensiva que resumidamente, de acordo com informações retiradas do site “klick educação”, consiste em se extrair o sentido das ações e das relações sociais.

Em relação a análise da teoria política de Weber recorreremos novamente a Sell, que afirma que Weber separa radicalmente a ciência da política tratando separadamente as figuras do “cientista” de do “político”, o que termina por nos revelar o pano de fundo por traz desta separação e que, por sua vez, é de vital importância para as Ciências Sociais que é a questão do “juízo de fato” e do “juízo de valor”, então, Weber irá afirmar que a tarefa da ciência é compreender a realidade cabendo a ela o domínio do “pensamento” e do “ser” ao passo que a tarefa da política é agir sobre o mundo e ser o reino da “ação” e do “dever ser”. Então, dentro desta perspectiva separatista Weber irá produzir suas mais famosas conferências intituladas: **A ciência como vocação** e **A política como vocação**, proferidas respectivamente nos anos de 1917 e 1919.

Destacamos que, neste trabalho, analisarmos apenas **A política como vocação** e constatamos que os pontos centrais desta obra são: o questionamento sobre o que é de fato a política, trata também sobre o Estado moderno e seu desenvolvimento, sobre a burocracia, sobre os tipos de dominação e a relação existente entre moral e política. Assim, Weber inicia a conferência pelo próprio questionamento do que vem a ser a política e admite que o sentido é muito amplo mas que o texto se restringirá a tratar por política a seguinte definição:

“Queremos compreender como política apenas a liderança, ou a influência sobre a liderança de uma associação política, e, daí hoje, de um Estado.” (WEBER, 1982. P.98).

Nesta perspectiva, entendemos que Weber delimitou o conceito de política apenas às ações que circundam o entorno e interior do Estado, de modo que, ele, alerta para o fato de que a política está atrelada ao poder e que o poder reflete na capacidade de se impor sua própria vontade dentro de uma relação social como podemos constatar através do trecho a baixo:

“Dai “política”, para nós, significar a participação no poder ou a luta para influir na distribuição do poder, seja entre Estados, ou no interior de um único Estado.” (WEBER. 1982. P. 98).

Desse modo, faz-se mister destacar que para Weber quem participa da política tem como principal objetivo lutar pelo poder conforme podemos observar no trecho a baixo:

“Quem participa ativamente da política luta pelo poder, quer como um meio de servir a outros objetivos, ideais ou egoístas quer como o “poder pelo poder”, ou seja, a fim de desfrutar a sensação de prestígio atribuída pelo poder.” (WEBER, 1982, P. 98).

Sell afirma que a despeito do conceito de Estado, Weber nos diz que para defini-lo não podemos partir de suas funções, dos seus fins e nem mesmo de seus

objetivos, mas sim, de seus *meios* específicos e peculiares a ele, ou seja, o uso da força. Ele vai afirmar que tal qual todas as instituições políticas que o antecederam, o Estado nada mais é que uma relação de dominação através da violência legítima, e este fato, leva Weber a questionar a própria dominação e em resposta a isto, aponta três razões que justificam e legitimam este domínio: A primeira é o domínio tradicional que se fundamenta e se legitima no passado, pela tradição, a segunda é o domínio exercido pelo carisma e se fundamenta nos dons pessoais e intransferíveis do chefe político e a terceira é o domínio exercido pela legalidade, baseado em regras racionalmente criadas e se fundamenta na competência. Para tanto, dos três tipos de domínio, o que Weber dedica atenção especial é o domínio exercido pelo carisma pessoal do chefe que se transforma no ocidente na figura do líder demagogo; é neste carisma que se deposita a fé que é essencial no jogo político no ocidente e que motivou as reflexões sobre a vocação política, conforme podemos constatar no trecho a baixo:

“A liderança *política*, na forma do “demagogo” livre que nasceu no solo da cidade-Estado, é de maior interesse para nós. Como a cidade-Estado, o demagogo é peculiar ao Oriente especialmente ligado à cultura mediterrânea. Além disso, a liderança política na forma do “líder partidário” parlamentar cresceu no solo do Estado constitucional, que também só indígena do Ocidente. (...) Esses políticos de “vocação”, no sentido mais autêntico da palavra, são em toda parte as únicas figuras decisivas nas correntes cruzadas da luta pelo poder. (WEBER, 1982, P 100);

Quanto ao surgimento do Estado moderno, Weber afirma que este originou-se por um lento processo, através do qual o rei conseguiu centralizar o exército, a administração financeira e o poder jurídico o que culminou na unificação do território e na limitação do poder dos senhores feudais, processo este, que mais tarde fomentaria o nascimento dos principais atores da política moderna: a burocracia estatal e o surgimento dos políticos profissionais. É Weber que nos proporciona a análise mais cuidadosa e minuciosa da organização burocrática e segundo ele, a burocratização atinge não só o Estado, mas, todas as esferas de nossa vida conforme podemos observar no trecho abaixo:

“Em toda parte, o desenvolvimento do Estado moderno é iniciado através da ação do príncipe. Ele abre o caminho para a expropriação dos portadores autônomos e “privados” do poder executivo que estão ao seu lado, daqueles que possuem meios de administração próprios, meios de guerra e organização financeira, assim como os bens politicamente usáveis de todos os tipos. A totalidade do processo é um paralelo completo ao desenvolvimento da empresa capitalista através da expropriação gradativa dos produtores independentes. Por fim, o Estado moderno controla os meios totais de organização política que na realidade se agrupam sob um chefe único. (WEBER, 1982, P. 102).

A despeito da origem e da condição do político profissional, que é o nosso principal foco nesta pesquisa, Weber (1982- P. 103 – 107), afirma que o Estado, quando se utiliza do uso da força para exercer o seu domínio dentro de um determinado território, coloca os meios materiais de organização em função de seus próprios líderes e, a este processo, Weber denomina como expropriação política e é neste contexto que surgem os políticos profissionais, inicialmente à serviço de um príncipe que necessitava de colaboradores dedicados exclusivamente aos seus assuntos e que pudessem fazer disto sua verdadeira vocação, mas, antes de entrar no mérito da questão ele vai afirmar que a política tanto pode ser uma ocupação subsidiária, quanto uma vocação; ele vai dizer que ou se pode viver “para” a política ou viver “da” política e que o fator principal que diferencia essas duas questões é o fator econômico, pois, quem vive “para” a política a torna sua vida num sentindo interior e quem vive “da” política faz dela apenas uma fonte de renda, de modo que, Weber defende que o político seja economicamente independente da renda que a política possa lhe proporcionar e caracteriza o político e o “profissional” da seguinte maneira:

“O chefe político típico é um homem absolutamente sóbrio. Não busca honras sociais; o “profissional” é desprezado na “sociedade respeitável”. Busca apenas o poder, o poder como fonte de dinheiro, mas também o poder pelo poder.” (WEBER. 1982. P. 132).

Weber traça ainda o perfil do político e aponta suas características intrínsecas que são: a paixão, o senso de responsabilidade e o senso de proporção, além de alertar para o principal perigo desta condição que é a vaidade conforme podemos acompanhar na citação a baixo:

“Portanto, a todo dia e a toda hora, o político tem de superar, interiormente, um inimigo bastante comum e demasiado humano: a vaidade vulgar, o inimigo mortal da dedicação objetiva a uma causa e a qualquer distância – no caso, da distância para com o próprio eu.” (WEBER, 1982. P. 139).

Por último, trataremos da ética Weberiana, onde ele questiona as relações que possam haver de fato entre ética e política. Para tanto, ele apresenta para a ação política duas éticas: a ética da convicção e a ética da responsabilidade. Segundo Sell (2006), na ética da convicção, o político é fiel as suas concepções e valores, é fiel ao que para ele julga ser irrenunciável, ou seja, não leva em consideração as consequências de suas práticas, já na ética da responsabilidade o político preocupa-se com as consequências antes de tomar suas decisões, simplesmente pelo fato de que, são as consequências políticas de suas de suas decisões que refletem a moralidade de seus atos, porém, Weber diz que as duas éticas são complementares conforme trechos a baixo:

“Não podemos prescrever a ninguém que deva seguir uma ética de fins absolutos ou uma ética de responsabilidade, ou quando uma e quando a outra. (...). Na medida em que isso é válido, uma ética de fins últimos e uma ética de responsabilidade não são contrastes absolutos, mas antes

suplementos, que só em unísono constituem um homem genuíno – um homem que pode ter a “vocação para a política”. (WEBER, 1982. P.151).

Assim, podemos concluir que um político vocacionado deve primar sempre pelo exercício responsável da ética e lembrar que a política significa sim a participação no poder conforme o legado Weberiano, mas que a política seja acima de tudo o exercício do poder para garantir o bem comum.

CAPITULO II- PROFISSIONALIZACAO POLITICA

Para construção desta hipótese de trabalho tomamos como referência um estudo realizado para obtenção de tese de doutorado em Ciência Política da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, elaborado por Mayla Di Martino Ferreira Oliveira, em 2009, que analisou a circulação parlamentar na Câmara dos Deputados (1946-2007), de onde pudemos depreender que, no Brasil, houve um incremento na disputa por postos políticos que refletiu na democratização deste processo de recrutamento e que produziu como resultado uma progressiva profissionalização parlamentar, alterando diretamente a natureza da circulação dos deputados no Congresso Nacional, de modo que, a título de comparação, encontramos em nossas pesquisas indícios que comprovam todas essas variantes que culminaram na profissionalização parlamentar também na CMM (1988-2012).

Ikeda (2011), em estudo realizado para obtenção de título de graduação em Licenciatura Plena e Bacharel em Ciências Sociais para Universidade Federal do Pará, realizou um competente trabalho de reconstrução histórica das campanhas eleitorais no município de Marabá –PA e nos forneceu dados importantíssimos no que tange a composição do poder local. Joyce Ikeda afirma que, após analisar a história política marabaense, concluiu que esta fundamenta-se no bojo do uso da propriedade da terra que foi, durante muito tempo, o principal meio de produção econômico da região e que também foi decisivo para a consolidação e controle do poder político de alguns grupos e famílias, situação esta que só começa a mudar de forma a partir de 1980, em função do surgimento dos movimentos sociais na região, mas, como já dissemos aqui, as últimas eleições de 2012 ainda elegeram dois membros oriundos destas famílias oligárquicas, corroborando com a tese de Rodrigues (2009) exposta acima. Ainda segundo Ikeda, frente a análise da história política local foi possível testemunhar governos recorrendo a forças da teologia, à campanhas de repúdio e aversão aos membros da família Mutran e até campanhas que elegeram o “escolhido por Deus”, Maurino Magalhães, figura política que já comentamos aqui também, que antes de chegar ao cargo de Prefeito de Marabá ocupou cadeira na CMM por cinco mandatos consecutivos.

Silva (2008) nos esclarece a importância do conceito de poder local na construção de nossas análises e afirma que o termo “local” refere-se à esfera municipal, ou seja, refere-se à Prefeitura, Câmara Municipal e demais instituições sociais ligadas a esta esfera. A autora nos diz que para entender o local e as relações de poder nele existentes é necessário identificá-lo como poder político e também como poder exercido econômico, social, cultural e simbolicamente, ou seja, uma “escala local de poder” fundamenta-se em outras instâncias de poder e é assistida por bases sociais específicas sustentadas pelas elites, grupos econômicos e instituições influentes. Neste sentido, Silva (2008), cita como referência as considerações de DAVIDOVICH (1993) que afirma que os grupos dominantes não afirmam seu poder apenas pela “possessão” de fato, mas, dependem da base moral e legal que buscam para este poder; ele afirma que esses grupos passam a ter poder sobre a região e sua população manipulando-as, de forma voluntária ou não, através do caráter simbólico de crenças, valores e utilizando-se

também de outros recursos mais modernos como os meios de comunicação, que servem como propagador de ideologias fomentando e legitimando as ações dos grupos detentores de poder, que por sua vez, nunca agem sozinhos estão sempre articulados e vinculados à partidos políticos, associações, entidades de classe. E então, diante de tudo que já foi exposto neste trabalho a despeito da história política de Marabá constatamos que a realidade observada em relação a constituição do poder político local em Marabá não foge a esta regra.

Retomando a questão da circulação parlamentar, Oliveira (2009), afirma que os principais estudos acerca da circulação parlamentar na Câmara Federal após a redemocratização apontam o entra e sai de Deputados como algo “endêmico” o que indica falta de institucionalização do Legislativo e, por vezes, pode ser interpretado como subdesenvolvimento político (Marengo.2000.P.20), haja vista que, toda e qualquer literatura em torno deste tema se dá a título de comparação, pois, segundo Oliveira (2010.P.13-1), as democracias da América Latina “copiaram” o sistema presidencialista do Estados Unidos, o que para ela, ocorre em erro, pois, os legisladores latino-americanos operam em sistemas de incentivos diferentes dos norte-americanos, quer seja em relação à prescrições constitucionais, quer seja no que tange à relação entre os poderes, ou mesmo no que se refere as diferenças nos sistemas partidário e eleitoral. Então, no Brasil, é frequente ver a literatura comparada dar ênfase aos contrastes entre as longas carreiras dos representantes norte-americanos com o entra e sai de deputados na Câmara Federal sendo apontado como motivo para uma suposta perda de “status” do Legislativo brasileiro.

Neste contexto, a pesquisa de Oliveira aponta para o fato de que desde o final da Segunda Guerra Mundial em média, metade da Câmara se renova a cada eleição, o que a levou a concluir, de acordo com estudos recentes, que esta alta circulação termina por inviabilizar a permanência de uma elite adaptada para incrementar o desempenho legislativo. Frente a isto, focamos em medir principalmente duas variáveis na análise da circulação parlamentar na CMM: verificamos as taxas de renovação parlamentar e também o tempo de antiguidade na carreira legislativa e constatamos que na CMM também ocorreu uma grande renovação parlamentar nos últimos 24 anos, o que, além de apontar para a descontinuidade mencionada por Oliveira também terminou por revelar um outro fator, que é a oneração da folha de pagamento da Câmara com rescisões contratuais decorrentes de indicações dos vereadores; em outras palavras, o “entra-e-sai” de vereadores na CMM a cada eleição ou em detrimento de determinação judicial movimenta o corpo de quase 200 servidores contratados, ou seja, cada vereador que é eleito demite os contratados pelos vereadores não reeleitos e contrata novos servidores.

Ademais, é importante reforçar que o arcabouço teórico que norteia esta pesquisa fundamenta-se, principalmente, no legado deixado por Max Weber, quando ele discorre a despeito da origem e condição dos políticos profissionais em *Ciência e Política: duas vocações* (1967), porém, recorreremos também a diversos artigos e pesquisas recentes sobre a concepção atual da profissionalização da política, com o intuito fornecer mecanismos que permitam a compreensão do funcionamento da engrenagem que move

a circulação parlamentar na CMM e também uma possível compreensão dos prejuízos ou vantagens desta permanência/renovação. Neste sentido, seguimos as prerrogativas contidas no modelo teórico proposto por Oliveira (2010, P. 20) para entender melhor a questão da profissionalização do legislativo brasileiro: ela “desagrega” este conceito em três dimensões de análise: a dimensão *institucional* que corresponde a profissionalização do parlamento, a dimensão *individual* que corresponde a dominância do político profissional e, por último, a dimensão *motivacional* que se refere a profissionalização da carreira política, atentando para o fato de que para Oliveira (2010) a questão da profissionalização engloba necessariamente estas três dimensões que discutiremos a seguir:

2.1.1 A PROFISSIONALIZAÇÃO DO LEGISLATIVO

Ao tratar da profissionalização do Legislativo Oliveira (2010) traz as considerações de Fiorina (1994), que associa a profissionalização legislativa ao recrutamento partidário, o que permite a utilização do conceito independentemente do contexto político-institucional, ou seja, permitindo o seu emprego em análises comparativas. Assim Fiorina (1994) define a profissionalização parlamentar como a transformação do serviço legislativo em uma ocupação em tempo integral com altíssimos patamares remuneratórios; a partir daí, conclui-se que o serviço legislativo passa a exercer um impacto diverso no que se refere a oportunidades de carreira e esta mudança no tipo de demanda do serviço parlamentar alterou também a oferta, ou seja, alterou o perfil das pessoas que se interessam em ter a política como uma ocupação em tempo integral.

Trazendo esta perspectiva da política como uma ocupação de tempo integral para nossa realidade local, constatamos através dos questionários que realizamos com alguns vereadores que 33,34% dos entrevistados têm a política como ocupação de tempo integral e única fonte de renda e 66,66% afirmou ter atividades paralelas ao parlamentarismo, assim, nos permitimos lembrar que para Weber (1982- P.105) o político deve ser: “economicamente independente da renda que a política pode lhe proporcionar. ”, sob pena da questão financeira turvar o discernimento e encaminhar o político para defesa de interesses próprios ou nos termos weberianos viver da “política” e fazer dela sua principal fonte de renda.

Oliveira (2010), nos esclarece também que o debate contemporâneo no Brasil sobre a profissionalização parlamentar no que tange à seleção de lideranças políticas mostra que a preocupação em eliminar alguns indivíduos depara-se com a necessidade de atrair, adaptar e reter políticos capazes de desempenhar a função pública com êxito. Desta maneira, Oliveira (2010) dá ênfase para o comportamento no interior do parlamento que passou a ser modelado ao sabor dos incentivos institucionais existentes que corroboram para consolidação da carreira política, entre eles, ela cita, o próprio sistema eleitoral, a conformação do sistema federativo que consiste na “ estrutura de oportunidades” (Schlesinger- 1966. P. 37-56), e os incentivos ofertados pelo próprio

Legislativo no sentido de consolidação de uma carreira estável no interior da instituição. Assim, Oliveira (2010), concluiu que, no Brasil, o resultado do recrutamento legislativo bem como a *performance* dos parlamentares passa a ser compreendida como uma relação de “oferta e demanda”

2.1.2 – A PROFISSIONALIZACAO DO POLITICO

No que tange a profissionalização do político partimos sempre do pressuposto weberiano que, como já dissemos aqui, aponta como ideal o político que viva “para” a política, ou seja, “ num sentido interno” um “homem sincero que vive para uma causa” (Weber, 1982. P. 105). Porém, conforme bem lembra Oliveira (2010), Weber escreve em um contexto anterior ao da Segunda Guerra Mundial, portanto, ele *não inclui os parlamentares no rol dos políticos profissionais* como observa Rush (2001), mas, ele o faz com os jornalistas políticos quando diz que: “somente o jornalista é um profissional político pago; somente a administração do jornal é uma organização política contínua”. (WEBER, 1982. P. 123), pois, as demais instituições e até mesmo os partidos, só seriam atuantes durante os períodos eleitorais de acordo com Weber.

Trazendo a questão do político profissional para a contemporaneidade nos permitimos realizar uma conexão com as questões levantadas por Rodrigues (2009. P. 25), que irá afirmar que a representação política, nas democracias, é prerrogativa de políticos e ele, os define, como: “um corpo de profissionais que, do ponto de vista psicológico individual, possui certas habilidades e ambições que não estão ao alcance ou não são partilhadas pelos cidadãos comuns”. Rodrigues afirma que os indivíduos que se interessam por ingressar na carreira política são comumente partes integrantes de determinados círculos profissionais e familiares e que, desde muito cedo, proporcionam uma socialização política informal, que segundo ele, promovem o desenvolvimento de certas habilidades que proporcionam o ingresso, a permanência e ascensão nos mais variados níveis do sistema de poder. Quando trazemos este paradigma para nossa realidade local observamos durante nossa pesquisa, que ao longo dos últimos 20 anos as carreiras políticas de maior destaque, pelo acúmulo de mandatos no legislativo marabense, ou são oriundos das chamadas famílias oligárquicas, que já comentamos aqui na introdução deste trabalho, ou são oriundos dos movimentos estudantis com largo histórico de militância e também forte ligação com partidos políticos; encontramos também profissionais liberais que possuem contato ou liderança sobre grande número de pessoas, encontramos também vereadores que vieram de longa permanência no poder executivo local, além de vereadores ligados a religiões protestantes, não esquecendo de citar os vereadores oriundos dos sindicatos trabalhistas, entre outros, o que nos levou a constatar que de fato, a tese de Rodrigues se comprova.

Dentro desta perspectiva de diversidade em relação a composição do legislativo marabaense, constatamos também grande semelhança, deste, em relação a composição social da Câmara do Deputados apresentada por Rodrigues (2009. P. 142-144), que, segundo ele, tornou-se significativamente mais popular e menos elitista apontando as

organizações sindicais, profissionais e também as denominações pentecostais como as principais ou pelo menos, as que mais se destacam, frente as portas de entrada na carreira política das camadas populares, o que ele denomina de recrutamento parlamentar fora dos círculos dominantes tradicionais que repousam nas elites de formação católica. Porém, Rodrigues não deixa passar despercebido o movimento das elites e também o papel dos clãs políticos de famílias tradicionais quando da reprodução de suas características sociais e também transferência aos seu “herdeiros” das posições de poder que dispunham outrora. E, quando se toca nesse assunto o que vem imediatamente a memória recente de qualquer leitor desta pesquisa de origem marabaense ou que escolheu Marabá para morar há pelo menos 20 anos é, sem dúvida, a família Mutran que, como já dissemos aqui, ainda possui dois membros na CMM.

Neste sentido, outra questão de cunho relevante para Oliveira (2010), é o fato das próprias profissões no mundo exterior ao mundo político terem assumido um caráter muito mais exigente em relação ao perfil dos profissionais, o que leva Oliveira a concluir que enveredar pela carreira política se torna cada vez mais difícil para determinados grupos e impensável para outros, como por exemplo, para os “executivos”.

2.1.3- A PROFISSIONALIZACAO DA CARREIRA POLITICA

Oliveira (2010), afirma que a profissionalização da carreira política ou a política como profissão é a chave para a compreensão da *natureza* da circulação das elites, por tornar visível sua motivação e o que a determina, fazendo uma perfeita junção entre a profissionalização dos parlamentos e as outras duas dimensões que já analisamos aqui, que são a transformação do serviço legislativo em uma atividade de tempo integral com altos patamares remuneratórios (profissionalização do legislativo), onde há a predominância de políticos profissionais (profissionalização do político).

Oliveira comprovou através de seu estudo que o carreirismo político é definido através de duas vertentes que são elas: o estabelecimento de critérios políticos, ainda que informais, para ingresso na carreira em substituição a critérios atributivos como classe social, raça, entre outros, e a outra vertente repousa na necessidade constante de acúmulo de cargos políticos, vitórias eleitorais ou posições de liderança em partidos ou instituições civis, ou seja, o carreirismo político tornou-se pré-requisito para existência da *carreira parlamentar*.

Trazendo esta questão última para nossa realidade local, realizamos uma análise quantitativa acerca da carreira política dos parlamentares que integram 17ª Legislatura da CMM que compreende o exercício legislativo de 2013 a 2016. Para parâmetros analíticos montamos a tabela a seguir:

Tabela 1: 17ª Legislatura (2013-2016)

NOME DO VEREADOR	PARTIDO	Nº DE MANDATOS
------------------	---------	----------------

1	ADELMO AZEVEDO DE LIMA	PTB	2
2	ALECIO STRINGARI (ALECIO DA PALMITEIRA)	PSB	2
3	ANTONIA CARVALHO DE ARAUJO ALBUQUERQUE (TOINHA DO PT)	PT	2
4	ANTONIO FERREIRA DE ARAUJO (CORONEL ARAUJO)	PROS	1
5	CALOS ALBERTO GONCALVES MIRANDA (BETO MIRANDA)	PSDB	1
6	EDIVALDO SANTOS	PPS	2
7	ELOI SILVA RIBEIRO	PRB	1
8	GERSON AUGUSTO DOS SANTOS VARELA (GERSON DO BADECO)	PHS	2
9	GILSON FERREIRA SILVA	SEM REGISTRO	0
10	GUIDO MUTRAN JUNIOR	PMDB	3
11	ILKER MORAES FERREIRA	INATIVO	1
12	IRISMAR NASCIMENTO ARAUJO MELO	PR	2
13	JOAO VANDERLA ARAUJO MELO (JOAO HIRAN)	PPS	1
14	JOSE SIDNEI FERREIRA DA SILVA	PSDB	1
15	JULIA MARIA FERREIRA ROSA	PDT	6
16	LEODATO DA CONCEICAO MARQUES	PROS	5
17	MARIA DE NAZARE RIBEIRO DE ALENCAR (IRMA NAZARE)	PSDB	1
18	MIGUEL GOMES FILHO	PP	6
19	NAGIB MUTAN NETO	INATIVO	2
20	ORLANDO DA SILVA ELIAS	SEM REGISTRO	0
21	PEDRO CORREA LIMA (PEDRINHO CORREA)	PTB	1
22	PEDRO RIBEIRO DE SOUZA	INATIVO	1
23	RAIMUNDO NONATO BARBOSA	SEM REGISTRO	0
24	RONALDO BATISTA CHAVES (RONALDO YARA)	PTB	3
25	UBIRAJARA NAZARENO SOMPRE	SEM REGISTRO	0
26	VANDA REGIA AMERICO GOMES	PSDB	7

Fonte: site da CMM: página inicial/câmara/vereadores

Acesso: 28/05/2014

A tabela acima nos permite concluir que 23% do quadro parlamentar ativo na CMM acumula três ou mais mandatos legislativos e ao tomarmos conhecimento da biografia individual de cada vereador, que também está disponível no site Câmara, notamos que esses parlamentares iniciaram suas carreiras, alguns a partir de relações sindicais e, a maioria deles ocupando posições de liderança. Outros desses parlamentares são profissionais liberais, alguns são oriundos de clãs políticos locais, outros vieram de sucessivos cargos no executivo. Enfim, pudemos constatar que a tese de Oliveira (2010) a respeito do carreirismo político, exposta a cima, se reproduz também na CMM. Outro ponto relevante que pudemos depreender da tabela acima é o fato de 35% dos vereadores em exercício estarem em seu primeiro mandato, porém, a análise das biografias individuais também apontam, em sua esmagadora maioria, para o acúmulo de bens políticos (cargos políticos, reeleições, posições de liderança em partidos e organizações da sociedade civil), exceto, dois vereadores que não apresentam em sua biografia histórico de bens políticos. Já os parlamentares que acumulam dois mandatos representam 27% e também não fogem à regra exposta por Oliveira e os 15% restante correspondem aos vereadores que estão sem registro.

Por fim, Oliveira (2010) conclui que, o modelo de profissionalismo legislativo adotado em seu estudo aponta para vários tipos de “bens” que os políticos de carreira podem almejar na construção de sua trajetória política. Porém, ela deixa claro que os diversos caminhos existentes inevitavelmente levam tanto à necessidade de inserção política prévia quanto ao acúmulo de conquistas políticas constantes como pré-requisito para ingresso e permanência na carreira política.

CAPITULO III – CIRCULACAO DE VEREADORES NA CAMARA MUNICIPAL DE MARABA: HIPOTESE DE TRABALHO

Utilizamos, para medir as taxas de circulação na CMM, os mesmos modelos analíticos que Oliveira (2010) utilizou para analisar as taxas de circulação na Câmara dos Deputados e eles consistem em responder três principais questões: primeiro, se a renovação parlamentar implica em consequências para *performance* do legislativo, afetando seu perfil qualitativo e também sua capacidade de reter quadros experimentados (Santos, 2000). Segundo, se é importante recrutar parlamentares com altos índices de socialização partidária prévia com o intuito de fomentar o padrão de coesão das bancadas e, terceiro, se a alta circulação parlamentar importa em baixo valor atribuído a cadeira legislativa, ou falta de ambição no que tange à construção de uma carreira interna à Casa. Porém, nosso principal objetivo será identificar através das taxas de permanência a predominância ou não do político profissional na Câmara de Marabá.

3.1- ORGANIZACAO DA CAMARA MUNICIPAL DE MARABA

Usamos como parâmetro para definir a organização da Câmara Municipal de Marabá seu novo Regimento Interno, sancionado através da Resolução nº 394/96 de 30 de dezembro de 1996 e que teve como principal objetivo o de adaptar seu funcionamento e processo legislativo à Lei Orgânica Municipal. Desse modo, a Câmara Municipal é órgão legislativo do Município, compõe-se de vereadores eleitos nos termos da lei e exerce as seguintes funções legislativas: fiscalização contábil, financeira, orçamentaria, operacional e patrimonial de controle político-administrativo, de assessoramento e de administração interna.

A instalação da legislatura está determinada no Capítulo II do Art. 3º para o primeiro dia útil do ano subsequente ao da eleição e tem duração de quatro anos. Neste sentido faz-se mister destacar que o Município de Marabá em 1º de Janeiro de 2013 iniciou sua 17ª Legislatura, das quais, trata este trabalho especificamente das últimas cinco, porém para efeito de esclarecimentos destacamos que a 17ª legislatura elegeu 23 vereadores, mas, até o fechamento desta pesquisa a Casa possui ativos apenas 19 vereadores por decisão da Justiça Eleitoral.

Dentre as inúmeras atribuições que a Câmara possui destacaremos apenas as que julgamos de maior relevância para nossa pesquisa, como por exemplo: compete privativamente a Câmara Municipal dar posse, conhecer sua renúncia ou afastar em definitivo o Prefeito e o Vice-prefeito, bem como, conceder licença para afastamento do cargo, autorizar viagens com período superior a quinze dias tanto nacionais como internacionais, além de processar e julgar o Prefeito e o Vice- Prefeito, proceder à tomada de contas do Prefeito quando não apresentadas dentro de sessenta dias após a abertura da sessão legislativa, julgar anualmente as contas prestadas tanto pelo Prefeito quanto pela Mesa Diretora da Câmara Municipal, fiscalizar e controlar diretamente os atos do Poder Executivo incluindo os da administração indireta e até mesmo das

fundações mantidas pelo Município, autorizar convênios a serem celebrados pelo Município com entidades de direito público e privado, sustar os atos do Poder Executivo que exorbitem do poder de regulamentar ou dos limites da delegação legislativa, entre outros.

Quanto à mesa Diretora da Câmara Municipal, na qualidade de comissão executiva dirigirá os trabalhos legislativos e os serviços administrativos e será composta do Presidente, do Vice-presidente e do 1º e 2º secretários. Quanto ao mando da Mesa Diretora, este será de dois anos, sendo permitida a reeleição para o mesmo cargo. Dentre as atribuições da Mesa citaremos as que consideramos de maior relevância para este estudo, como por exemplo, dirigir, sob a orientação do Presidente, os trabalhos em plenário, elaborar, submeter à aprovação do plenário e encaminhar até 30 de junho de cada ano a proposta orçamentária da Câmara, propor matérias sobre a fixação da remuneração do Prefeito, do Vice-prefeito e dos vereadores, elaborar e expedir, mediante ato, a discriminação analítica das dotações orçamentárias da Câmara, bem como alterá-las quando necessário, dentro dos créditos autorizados, devolver a tesouraria da Prefeitura, o saldo do caixa existente na Câmara ao final do exercício financeiro, bem como dispor sobre a aplicação financeira de seus recursos, reajustar, mediante ato, a remuneração dos vereadores de acordo com a legislação vigente, entre outros.

O Presidente da Casa é o representante da Câmara quando esta se pronuncia coletivamente, é o supervisor de seus trabalhos e de sua ordem e possui as seguintes atribuições: dar cumprimento a todas as atribuições internas ao ato de dirigir, disciplinar e orientar os trabalhos durante as sessões, de acordo com seu Regimento Interno, anotar em cada documento ou processo legislativo, sua decisão ou a do plenário, promulgar e publicar resoluções, decretos legislativos e leis, votar quando a matéria exigir para deliberação o voto da maioria absoluta ou de dois terços dos membros da Câmara ou quando houver empate em qualquer votação simbólica ou nominal, bem como, requisitar ao Executivo o numerário correspondente à quota mensal necessária ao processamento das despesas da Câmara, enviar ao Tribunal de Contas do Município (TCM), até 30 de março do exercício seguinte, as contas da Câmara, apresentar ao plenário, até o último dia útil de cada mês o balancete relativo aos recursos recebidos e as despesas realizadas no mês anterior, determinar a abertura de sindicância e de inquérito administrativo, autorizar licitações, homologar seus resultados e aprovar seu calendário de compras, e ainda, o Presidente Câmara assumirá o cargo de Prefeito, na falta desse e do Vice-prefeito, entre outras atribuições. Já ao Vice-presidente da Câmara compete substituir o Presidente em suas ausências, impedimentos e licenças, o Vice-presidente também assumirá o cargo de Prefeito, na falta deste, do Vice-prefeito e do Presidente da Câmara até a realização das próximas eleições, entre outras atribuições.

As comissões da Câmara Municipal têm por objetivo estudar proposições, emitir pareceres, realizar investigações ou representar a Câmara quando for o caso, e elas podem ser comissões permanentes ou temporárias. Segundo o Capítulo III, Art. 38º as comissões permanentes serão compostas por três membros cada uma e poderão ser

criadas, extintas ou modificadas mediante projeto de resolução que altere o Regimento Interno da Câmara; serão compostas bienalmente, mediante a indicação dos líderes partidários ou representantes de partidos, ou eleição e nomeados pelo Presidente assegurando-se, tanto quanto possível, a representação proporcional partidária. Já as comissões temporárias serão constituídas apenas com finalidade especial ou de representação e se extinguirão com o término da legislatura ou, antes dela, quando atingidos os objetivos para os quais foram constituídas, e elas podem ser especiais, de inquérito ou de representação.

O Capítulo IV do Regimento Interno da CMM trata dos vereadores no que tange a posse, ao exercício de mandato, as licenças e as faltas. trata também da vacância, da convocação do suplente, do decoro parlamentar e dos líderes de partidos. Segundo o Regimento, os vereadores deverão tomar posse na sessão de instalação da legislatura que, como já falou-se aqui, ocorre no primeiro dia útil do ano subsequente à eleição, porém, o vereador que não tomar posse deverá fazê-lo no prazo de quinze dias perante a Mesa Diretora e a Comissão Representativa da Câmara; no ato da posse o vereador também deverá apresentar declaração de seus bens, que será renovada ao término do seu mandato.

Desde a expedição do diploma os vereadores não poderão firmar ao manter contratos com empresas jurídicas de direito público, autarquias, empresas públicas, fundações, sociedades de economia mista ou empresas concessionárias de serviço público, exceto, quando o contrato obedecer a cláusulas uniformes, não poderão também aceitar ou exercer cargo, função ou emprego remunerado, inclusive os que sejam demissíveis. Desde a posse os vereadores não poderão ser proprietários, controladores ou diretores de empresas que gozem de favor decorrente de contrato com o Município, nem mesmo exercerem função remunerada ou ser titular de mais de um cargo ou mandato público eletivo.

O Regimento Interno também esclarece que os vereadores são agentes políticos investidos de mandato legislativo municipal e que os mesmos são invioláveis por suas opiniões, palavras e votos durante o exercício do mandato e também na circunscrição do Município. Desse modo, é direito do vereador oferecer proposições em geral, discutir e deliberar sobre qualquer matéria em apreciação na Câmara e integrar o plenário. Também é direito do vereador fazer uso da palavra, integrar as comissões e representações externas e desempenhar missão autorizada, bem como, promover perante quaisquer autoridades, entidades ou órgãos federais, estaduais ou municipais os interesses públicos ou as reivindicações coletivas da comunidade representada.

É dever do vereador segundo o Art. 87º comparecer, à hora regimental, nos dias designados, às sessões da Câmara e apresentar, por escrito, justificativa à Mesa Diretora pelo não comparecimento até 24 horas depois da sessão a que faltou, participar de todos os trabalhos relativos ao desempenho de seu mandato, dar, nos prazos regimentais, pareceres e votos, comparecendo às reuniões das comissões a que pertencer, participar

das comissões permanentes e temporárias, entre outros deveres, lembrando que o vereador não poderá recusar-se a integrar pelo menos uma comissão permanente.

As vagas na Câmara só ocorrerão em virtude de falecimento, renúncia ou perda de mandato, neste sentido, perderá o mandato o vereador cujo procedimento for declarado incompatível com o decoro parlamentar, o vereador que sofrer sentença transitada em julgado, que deixar de comparecer, em cada sessão legislativa, à terça parte das sessões ordinárias da Câmara, salvo licença ou missão autorizada, que residir fora do Município, que perder ou tiver suspensos seus direitos políticos, quando o decretar da Justiça Eleitoral, entre outras circunstancia determinadas pela lei.

Em relação ao decoro parlamentar o Regimento determina que o vereador que descumprir deveres inerentes a seu mandato ou praticar ato que afete a dignidade do cargo estará sujeito a processo e às seguintes medidas disciplinares: censura, perda temporária do exercício do mandato, não excedente a trinta dias e perda do mandato em definitivo.

O art. 107º determina que o Líder e o Vice- líder de cada bancada partidária serão indicados pelos seus respectivos partidos; determina também que estarão impedidos de exercer a liderança e a vice-liderança os vereadores integrantes da Mesa Diretora, além de determinar que o Líder será substituído automaticamente em suas faltas, impedimentos e licenças, no recinto do plenário, pelo respectivo vice-líder, lembrando também que é facultado ao Prefeito do Município vereador que interprete seu pensamento perante a Câmara Municipal, mediante ofício dirigido a Mesa Diretora.

As sessões na CMM serão: ordinárias (realizadas em dia e hora pré-fixados), extraordinária (realizadas em dia e hora diferentes das pré-fixadas para as ordinárias ou durante o recesso), solenes (realizadas para comemorações ou homenagens especiais, para instalação da legislatura ou posse da Mesa Diretora), preparatórias (realizadas com finalidade específica e determinada pelo Regimento Interno), secretas (realizadas para apreciação de projetos de outorga de honrarias ou determinadas pela maioria absoluta dos membros da Câmara) e as especiais (realizadas com a finalidade de ouvir os problemas de determinada comunidade). O art. 112º determina que as sessões sejam públicas, e realizadas na sala de sessões da Câmara, considerando-se nulas as que se realizarem fora delas, com exceção das solenes e das especiais, quando assim determinar o plenário.

O art. 146º trata da questão das atas e determina que seja lavrada ata com a sinopse dos trabalhos de cada sessão, cuja redação obedecerá a padrão uniforme a ser adotado pela Mesa Diretora, para ser submetida à aprovação do plenário na sessão seguinte, e deverá conter seu número de ordem, data, horário e nome dos vereadores presentes e ausentes ao término da sessão, e também a identificação de que a tenha presidido, entre outros requisitos e também documentos.

Quanto às proposições o Regimento determina que, toda matéria sujeita a deliberação do plenário e da Mesa Diretora, serão consideradas proposições e elas

possuem as seguintes espécies: projetos de emenda à Lei Orgânica do Município, de lei, de decreto legislativo e de resolução; requerimentos, pedidos de informação; recursos de decisão do Presidente; substitutivos e emendas; vetos; pareceres; e outros atos de natureza análoga ou semelhante.

Quanto aos projetos o Regimento Interno determina que eles destinem-se: os de emenda à Lei Orgânica do Município, regular as matérias alterando o texto daquela; os de lei ordinária, a regular matérias de competência do Município; os de decreto legislativo, a regular as matérias de exclusiva competência da Câmara que tenham efeitos externos; os de resolução, a regular matérias de competência privativa da Câmara que tenham efeitos internos, de caráter político-processual, legislativo ou administrativo, ou quando deva esta pronunciar-se em casos concretos. A tramitação desses projetos dentro da Câmara segue o seguinte protocolo: o recebimento do projeto é realizado pelo Presidente da Câmara, que por sua vez, dá ciência ao Plenário e encaminha para as comissões permanentes, e estas, possuem um prazo de 45 dias para análise e votação, após os 45 dias o projeto é incluído na ordem do dia suspendendo-se as deliberações dos demais assuntos para que se ultime a votação. Lembrando que, o prefeito do Município poderá pedir urgência para apreciação de projetos de sua iniciativa e também que o prazo de 45 dias não flui no período de recesso da Câmara nem se aplica aos projetos de códigos, emendas à Lei Orgânica do Município ou estatutos.

Segundo o art. 204º do Regimento Interno da CMM a votação é o ato complementar da discussão, por meio da qual o Plenário manifesta a sua vontade deliberativa e quando, no curso de uma votação, esgota-se o tempo destinado a votação da Ordem do Dia, esta se dará por prorrogada até que se conclua a votação da proposição principal e das acessórias, ressalvada a hipótese de falta de quórum que será incluída na Ordem do Dia da sessão imediata de maneira preferencial.

As deliberações do plenário serão tomadas por maioria simples de votos dos presentes na sessão, por maioria absoluta de votos dos membros da Câmara e por dois terços dos votos de membros da Câmara. As votações poderão ser realizadas pelos processos simbólico (O Presidente da Câmara convoca os vereadores que estiverem favoráveis a matéria, conta os votos e proclama o resultado), nominal (1º secretário chama nominalmente os vereadores que respondem “sim” ou “não”; conta-se os votos e o Presidente proclama o resultado) e secreto (o vereador chamado para votar recebe uma cédula que deverá ser colocada em uma urna que é guardada pelas lideranças partidárias, então, o 2º segundo secretário auxiliado pelos líderes partidários realiza a apuração dos votos).

Os projetos aprovados em definitivo serão encaminhados para autógrafos no prazo máximo de cinco dias, contados de sua aprovação final, onde, os projetos de lei serão autografados pelo Presidente da Câmara e encaminhados ao Prefeito no prazo máximo de dois dias. Já os decretos legislativos e as resoluções serão autografados e

promulgados pelo Presidente da Câmara e encaminhados ao Prefeito no prazo máximo de dez dias.

Existe também a iniciativa popular que pode ser exercida pela apresentação, à Câmara, de projeto de lei e emenda à Lei Orgânica do Município subscrito, por no mínimo, cinco por cento dos eleitores do Município; e a participação da sociedade civil poderá também ser exercida através do oferecimento de pareceres técnicos, exposições e propostas de entidades científicas e culturais, de associações e sindicatos e demais instituições representativas ou ainda por meio de audiências públicas é o que diz o art. 254º. Lembrando que qualquer cidadão poderá assistir às sessões da Câmara, desde que com obediência ao disposto no art. 264º.

Em suma, para finalizar nossas colocações a despeito da organização da CMM, gostaríamos de registrar algumas curiosidades acerca da história política marabaense. De acordo com extratos dos livros de Atas da Câmara Municipal de Marabá fornecidos à nossa pesquisa, a Lei nº 1 de 20/10/1936 sancionou que os vereadores receberiam cada um, uma ajuda de custo no valor de 4 contos de réis anuais, e este é o primeiro registro que encontramos de percepção salarial por parte do legislativo; o primeiro Presidente da Câmara foi o Vereador Antônio Vilhena de Souza que também era o Vice- Prefeito, o 1º secretário desta legislatura foi o Vereador Sérvulo Ferreira de Brito, o 2º segundo secretário o Vereador Pedro Marinho de Oliveira e os vereadores que compunham a Câmara eram: Antônio do Rego Filho, José Martins Ferreira, Nagib Mutran, Plínio Pinheiro e Raimundo Fernandes de Oliveira. De acordo com a biografia publicada no site da Câmara, a Vereadora Vanda Régia Américo Gomes possui o maior número de legislaturas consecutivas, sete, (1989-1992/1993-1996/1997-2000/2001-2004/2005-2008/2009-2012 e 2013-20016), seguida pela Vereadora Júlia Maria Rosa Ferreira Veloso com seis legislaturas não consecutivas (1989-1992/1993-1996/2001-2004/2005-2008/2009/2012 e 2013-2016) e também o Vereador Miguel Gomes Filho igualmente com seis legislaturas não consecutivas (1989-1992/1997-2000/2001-2004/2005-2008/2009-2012 e 2013/20016).

3.2- CIRCULACAO DE VEREADORES NA CAMARA MUNICIPAL DE MARABA

Para maior entendimento do fenômeno que envolve a circulação de vereadores utilizamos como fonte de dados extratos dos Livros de Atas da Câmara Municipal de Marabá, que nos foi gentilmente cedido para esta pesquisa. Desse modo, este estudo analisará especificamente as seguintes legislaturas: 11ª (1989-1992), 12ª (1993-1996), 13ª (1997-2000), 14ª (2001-2004), 15ª (2005-2008) e a 16ª legislatura (2009-2012). Apesar, da 17ª legislatura não ser objeto deste estudo ela também foi consultada com o intuito de trazer para esta pesquisa maior atualidade em relação ao momento vivido pela Câmara.

As taxas de renovação e permanência parlamentar na CMM referentes ao período de 1988 a 2012 serão medidas através dos quadros comparativos que mostraremos a seguir:

Tabela 2: Comparando a 11ª e 12ª Legislaturas

11ª LEGISLATURA (1989-1992)		12ª LEGISLATIVA (1993-1996)	
1	Antônio Coelho Ferreira	1	Anderson Mutran Junior
2	Elza Abussafi Miranda	2	Ademir Martins dos Reis
3	Emerson Miguel Caselli	3	Elza Abussafi Miranda
4	Evaldo Gaby Bichara Gantus	4	Joel Rodrigues de Araújo
5	Guido Mutran	5	Jose Bastos Gaby
6	Júlia Maria Ferreira Rosa (Júlia Rosa)	6	Leda Maria das Graças Bezerra Renzo
7	Leda Maria das Graças Bezerra Renzo	7	Joao Batista Corrêa Filho
8	Manoel Alves Ferreira	8	Joao Cardoso Silva
9	Maurino Magalhães de Lima	9	Júlia Maria Ferreira Rosa (Júlia Rosa)
10	Miguel Gomes Filho (Miguelito)	10	Maurino Magalhães de Lima
11	Renaldo Jose Zucatelli	11	Paulo Sergio do Rosário Varela
12	Raimundo Jose de Souza	12	Raimundo Jose de Souza
13	Vanda Régia Américo Gomes (Vanda Américo)	13	Raimundo Alves Araújo
		14	Sebastião Ferreira Neto
		15	Vanda Régia Américo Gomes (Vanda Américo)

Fonte: Extratos dos Livros de Atas da Câmara Municipal de Marabá

A **tabela 2** compara a 11ª e 12ª Legislaturas e nos mostra que a taxa de permanência neste período foi de 40%, já os novatos, aqueles que ingressaram pela primeira vez na carreira política a partir da 12ª Legislatura representaram a maioria com 60%. Julgamos conveniente também destacar que as eleições de 1988 marcaram o início da carreira política dos cinco parlamentares de maior destaque dos últimos vinte e quatro anos na Câmara Municipal de Marabá que são eles: a recordista em acúmulo consecutivo de mandatos a Vereadora Vanda Américo, seguida da Vereadora Julia Rosa, do Vereador Miguelito e Maurino Magalhães, que como já dissemos aqui, é detentor de cinco mandatos consecutivos como vereador e um mandato como Prefeito do Município de Marabá. A **tabela 3** nos mostra que as taxas de permanência parlamentar e de renovação se mantiveram sem grandes alterações nos últimos 16 anos.

Tabela 3: Comparando a 12ª e 13ª Legislaturas

12ª LEGISLATURA (1993-1996)		13ª LEGISLATURA (1997/200)	
1	Anderson Mutran Junior	1	Ademir Martins dos Reis
2	Ademir Martins dos Reis	2	Antônio Vicente dos Santos
3	Elza Abussafi Miranda	3	Bernadete Ten Caten
4	Joel Rodrigues de Araújo	4	Francisco Adailton Dias As
5	Jose Bastos Gaby	5	Guido Mutran Junior
6	Leda Maria das Graças Bezerra Renzo	6	Joel Rodrigues Araújo
7	Joao Batista Correa Filho	7	Jose Lenio Ferreira Duarte

8	Joao Cardoso Silva	8	Juvenal Alves Guimaraes
9	Júlia Maria Ferreira Rosa	9	Leodato da Conceição Marques
10	Maurino Magalhães de Lima	10	Maurino Magalhães de Lima
11	Paulo Sérgio do Rosário Varela	11	Miguel Gomes Filho
12	Raimundo Jose de Souza	12	Oswaldo Mutran Junior
13	Raimundo Alves Araújo	13	Raimundo Jose de Souza
14	Sebastião Ferreira Neto	14	Regivaldo Oliveira de Carvalho
15	Vanda Régia Américo Gomes	15	Sebastião Ferreira Neto
		16	Silvino Santis Neto
		17	Vanda Régia Américo Gomes

Fonte: Extratos dos Livros de Atas da Câmara Municipal de Marabá

A **tabela 4** que compara a 13ª e 14ª Legislaturas registrou a maior taxa de permanência de todo o período pesquisado, apresentando também o maior número de reeleitos dos últimos 24 anos elevando a renovação parlamentar para 43%. A 14ª Legislatura também foi o único exercício que apresentou dois membros da família Mutran eleitos para o mesmo pleito, ao passo que, os exercícios restantes todos apresentaram ao menos um Mutran no poder.

A **tabela 5** mostra um certo equilíbrio com a **tabela 4** no que tange a permanência de vereadores conforme podemos acompanhar na sequência:

Tabela 4: Comparando a 13ª e 14ª Legislaturas

13ª LEGISLATURA (1997/200)		14ª LEGISLATURA (2001/2004)	
1	Ademir Martins dos Reis	1	Amarildo Cavallini da Silva
2	Antônio Vicente dos Santos	2	Ananias Aguiar
3	Bernadete Ten Caten	3	Guido Mutran Junior
4	Francisco Adailton Dias As	4	Jesuel Dias Moreira
5	Guido Mutran Junior	5	Jose Scherer
6	Joel Rodrigues Araújo	6	Júlia Maria Ferreira Rosa
7	Jose Lenio Ferreira Duarte	7	Leodato da Conceição Marques
8	Juvenal Alves Guimarães	8	Leonir Dezem
9	Leodato da Conceição Marques	9	Luiz Carlos Pies
10	Maurino Magalhães de Lima	10	Maurino Magalhães de Lima
11	Miguel Gomes Filho	11	Miguel Gomes Filho
12	Oswaldo Mutran Júnior	12	Oswaldo Mutran Júnior
13	Raimundo Jose de Souza	13	Paulo Sérgio do Rosário Varela
14	Regivaldo Oliveira de Carvalho	14	Raimundo Gomes da Cruz
15	Sebastião Ferreira Neto	15	Raimundo Nonato Gomes
16	Silvino Santis Neto	16	Regivaldo Oliveira de Carvalho
17	Vanda Régia Américo Gomes	17	Ronaldo Batista Chaves
		18	Sebastiao Ferreira Neto
		19	Vanda Régia Américo Gomes

Fonte: Extratos dos Livros de Atas da Câmara Municipal de Marabá

Tabela 5: Comparando a 14ª e 15ª Legislaturas

14ª LEGISLATURA (2001/2004)		15ª LEGISLATURA (2005-2008)	
1	Amarildo Cavalini da Silva	1	Adelmo Azevedo de Lima
2	Ananias Aguiar	2	Ademar de Alencar Santos
3	Guido Mutran Junior	3	Antônio Rodrigues Dias
4	Jesuel Dias Moreira	4	Francisco Elton Gomes de Andrade
5	José Scherer	5	Jose Moraes da Silva
6	Julia Maria Ferreira Rosa	6	Julia Maria Ferreira Rosa
7	Leodato da Conceição Marques	7	Leodato da Conceição Marques
8	Leonir Dezem	8	Maurino Magalhaes de Lima
9	Luiz Carlos Pies	9	Miguel Gomes Filho
10	Maurino Magalhaes de Lima	10	Oswaldo Mutran Junior
11	Miguel Gomes Filho	11	Ronaldo Alves Araújo
12	Oswaldo Mutran Junior	12	Sebastiao Ferreira Neto
13	Paulo Sergio do Rosário Varela	13	Vanda Régia Américo Gomes
14	Raimundo Gomes da Cruz		
15	Raimundo Nonato Gomes		
16	Regivaldo Oliveira de Carvalho		
17	Ronaldo Batista Chaves		
18	Sebastiao Ferreira Neto		
19	Vanda Régia Américo Gomes		

Fonte: Extratos dos Livros de Atas da Câmara Municipal de Marabá

Tabela 6: Comparando a 15ª e 16ª Legislaturas

15ª LEGISLATURA (2005-2008)		16ª LEGISLATURA (2009-2012)	
1	Adelmo Azevedo de Lima	1	Alécio Stringari
2	Ademar de Alencar Santos	2	Antônia Carvalho de Araújo Albuquerque
3	Antônio Rodrigues Dias	3	Antônio Hilário Ribeiro
4	Francisco Elton Gomes de Andrade	4	Edivaldo Santos
5	José Moraes da Silva	5	Gerson Augusto do Santos Varela
6	Júlia Maria Ferreira Rosa	6	Irismar Nascimento Araújo Sampaio
7	Leodato da Conceição Marques	7	Ismaelka Queiroz Tavares
8	Maurino Magalhaes de Lima	8	Júlia Maria Ferreira Rosa
9	Miguel Gomes Filho	9	Leodato da Conceição Marques
10	Oswaldo Mutran Junior	10	Miguel Gomes Filho
11	Ronaldo Alves Araújo	11	Nagib Mutran Neto
12	Sebastiao Ferreira Neto	12	Regivaldo Oliveira de Carvalho (Suplente)
13	Vanda Régia Américo Gomes	13	Ronaldo Alves Araújo
		14	Ronaldo Batista Chaves
		15	Vanda Régia Américo Gomes

Fonte: Extratos dos Livros de Atas da Câmara Municipal de Marabá

Por fim, as **tabelas 5 e 6** voltam a revelar uma queda nas taxas de renovação parlamentar na CMM o que nos leva a concluir que, a título de comparação, com a Câmara dos Deputados, onde a renovação parlamentar apresentou uma oscilação na casa dos 50% (Marengo, 2000), podemos afirmar que esta mesma renovação

parlamentar na CMM não foge a esta regra e que, nas últimas duas décadas, foi bem superior e oscilou em torno dos 65%. Para tanto, Marengo (2000), afirma que a persistência de elevados índices de renovação no Brasil constituem um fenômeno endêmico e característico da política brasileira. Oliveira (2009) irá concordar afirmando que a descontinuidade das carreiras na Câmara dos Deputados é um traço estrutural e constitutivo do sistema eleitoral brasileiro e que carreiras com trajetórias tipo “zigzague” dos parlamentares já ocorriam quando o número de vagas eleitorais era significativamente menor e também quando ainda não havia a chamada popularização da classe política defendida por Rodrigues (2009).

Ainda sobre a permanência parlamentar na Câmara dos Deputados, de políticos profissionais, Oliveira (2009) afirma que tendem a permanecer mais tempo na Casa os políticos que embora, políticos de carreira, ainda não vejam palpáveis suas chances de vitórias em eleições hierarquicamente superiores. No caso dos parlamentares da CMM a permanência, em nossa avaliação, se dá com o intuito de angariar capital político que os ajudem na progressão da carreira parlamentar levando-os à eleição de cargos hierarquicamente superiores como, por exemplo, à Prefeitura do Município, ou à serem Deputados Estaduais ou até mesmo Deputados Federais.

No que tange a sensação por parte do eleitorado de que nada muda, apesar do entra e sai de políticos, seja na esfera municipal, estadual ou federal, Rodrigues (2009), nos mostra em seu estudo referente a renovação e continuidade na Câmara dos Deputados que, todos que ingressam na vida parlamentar a primeira vez deparam-se com uma instituição em funcionamento com regras formais e informais já estabelecidas e que são difíceis de serem rompidas. Por este motivo, é necessário o apoio de “movimentos de massas” externos aos órgãos representativos, e ele afirma que a tendência depois de um certo tempo é que se imponha aos novatos a assimilação e a reprodução dos costumes e valores já existentes na “Casa”, ou seja, as velhas elites acabam por modelar as novas de acordo com suas características, dificultando mudanças radicais.

CONSIDERACOES FINAIS

Concluimos que, conforme apontou Oliveira (2009), a profissionalização da carreira política é, de fato, o pressuposto necessário para a compreensão da circulação das elites parlamentares, seja na esfera municipal, estadual ou federal. Desse modo, concluimos que a altíssima circulação parlamentar na Câmara de Marabá, de acordo com análise estatística das **tabelas 2,3,4,5 e 6** apresentou uma descontinuidade das carreiras legislativas bem superior a descontinuidade encontrada na Câmara dos Deputados, o que nos levou a identificar a existência de políticos profissionais, através de carreiras políticas consolidadas e sem sinal de crise ao longo dos últimos 24 anos, dentre outros fatores, que caracterizam a profissionalização política, porém, não podemos dizer que eles são predominantes em função das altas taxas de renovação que oscilaram nas últimas duas décadas em torno de 65% na Câmara de Marabá.

[CRC2] Comentário: Não seria continuidade?????

Neste trabalho propusemos uma breve abordagem da organização da Câmara Municipal com o intuito de divulgar de forma mais abrangente as principais funções deste órgão legislativo e também justificar nosso interesse no que tange a profissionalização da política no município. Buscamos também trazer uma discussão em torno do universo que compreende o mandato de vereador e o *status* econômico e social que ele confere. De acordo com portal da transparência disponível no site da Câmara Municipal de Marabá, no 1º quadrimestre de 2013 o gasto, apenas com pessoal, foi de R\$ 9.382.671,28, sem contar as verbas de gabinete, verbas indenizatórias, enfim, o cargo de vereador oferece uma posição muito confortável em termos de *status* econômico provocando uma verdadeira barreira com a realidade e condição de seu eleitorado. Acreditamos que para mudar este panorama é necessário o envolvimento político de cada eleitor, mas, envolvimento político no sentido de conhecer seu candidato, analisar sua plataforma política e principalmente ser um eleitor/fiscalizador, pois, segundo Rodrigues (2009), para um correto funcionamento da democracia é indispensável a existência de uma boa classe política, que em contrapartida necessita de um eleitorado qualificado para selecioná-la e que, por sua vez, necessita, entre outras coisas, de uma excelente política educacional, o que coloca o indivíduo/cidadão como agente transformador da realidade.

Em suma, neste trabalho não estamos propondo nenhum modelo de sociedade ideal, nem tampouco modelo de político ideal e nem sequer conseguimos responder a todos os questionamentos que nos surgiram ao longo deste processo de construção. Mas, se conseguirmos fazer com que a comunidade marabaense tenha acesso a este trabalho e repense sua postura política no sentido de perceber que ela é responsável pelos atos de seu representante legislativo e que seu maior poder de barganha é o voto, que sua maior arma contra a corrupção, contra a falta de assistência médica, contra a falta de remédios em postos de saúde, contra a violência, são o conhecimento, a fiscalização e o voto, minha vida acadêmica ganhará um novo sentido. Entretanto, reconheço que o comportamento político de um indivíduo, conforme afirma Souza (2008), é moldado, entre outras coisas, pelos ambientes nos quais ele foi socializado e que a família tem um papel preponderante nesse sentido. Entretanto, acredito que

independente dos diversos modelos teóricos apresentados para o comportamento político de um indivíduo, a ele é dado o poder de transformar a sociedade através do seu voto.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AMARAL**, Patrícia, Resumo sobre os contratualistas (Locke, Hobbes e Rousseau. Disponível em: <http://www.ebah.com.br/content/ABAAAgKigAL/resumo-sobre-os-contratualistas-locke-hobbes-rousseau#>;
- BRANDÃO**, José da Silva: *As origens de Marabá*. Editora Chromo Arte. São Sebastião do Paraíso- MG. Vol. I (1950-1913) 1998;
- ARISTÓTELES**, *Política*. Trad. Mário da Gama Kury. Brasília. Editora UNB. 1985;
- BOBIO**, Norberto: *Dicionário de Política*. Vol. 2. Brasília, UNB, 1997;
- BOBBIO**, Norberto: *Estado, Governo e Sociedade: para uma teoria geral da política*. Cap. III. São Paulo, Paz e Terra, 1986;
- DALARI**, Dalmo de Abreu: *Elementos de Teoria Geral do Estado*. 2ª Edição. São Paulo. Editora Saraiva. 1998;
- FIORINA**, Morris. *Congress: Keystone of the Washington Establishment*. New Haven, CT Yale University Press, 1997;
- GRUPPI**, Luciano: *Tudo começou com Maquiavel (As concepções de Estado em Marx, Engels, Lênin e Gramsci)*. Porto Alegre – RS. L&PM Editores. 1995;
- HEBETTE**, Jean. *Cruzando a fronteira: 30 anos de estudo do campesinato na Amazônia*. Belém: UFPA, 2004. Vls. 2 e 4;
- IKEDA**, Joyce Cardoso Olímpio. *Marketing Político: A construção da imagem pública em campanhas eleitorais no município de Marabá-Pará (1984-2008)*. Tese de Graduação. Programa de Graduação de Licenciatura Plena e Bacharel em Ciências Sociais. Área de concentração em Ciência Política. Pará, Marabá 2011;
- KELLY, PAUL**: O livro da política. Tradução: Rafael Longo. 1ª Edição. São Paulo. Globo. 2013;
- LAKATOS**, Eva; **MARCONI**, Marina: *Fundamentos de metodologia científica*. 5ª Edição. São Paulo, Editora Altas. 2003;
- MADJAROF**, Rosana. *A política de Platão*. Disponível em: < <http://www.mundodosfilosofos.com.br/platao2.htm> >. Acesso: 12 ago. 2013.
- MAQUIAVEL**, Nicolau: *O Príncipe*. São Paulo. Centauro Editora. 2006(12ª Edição);
- MARENCO**, André Dos Santos. *Não se fazem mais oligarquias como antigamente: Recrutamento parlamentar, experiência política e vínculos partidários entre deputados brasileiros [1946-1988]*. Tese de doutoramento. Programa de Pós-graduação em Ciência Política. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre 2000.
- MENDONÇA**, Deodoro. *Viagem ao Tocantins (1927)*. Editora Grafisa. 2ª Edição. Belém: 1983;
- MORE**, Thomas: *A Utopia*. São Paulo. L&PM Editores. 1997;
- MORE**, Thomas: Disponível em: http://pt.wikipedia.org/wiki/thomas_more;
- OLIVEIRA**, Mayla Di Martino Ferreira. *A política como profissão: Uma análise na circulação parlamentar na Câmara dos Deputados (1946-2007)*. Tese de doutoramento. Programa de Pós-Graduação em Ciência Política. Universidade Federal de São Paulo, São Paulo 2009;
- OLIVEIRA**, Mayla Di Martino Ferreira. *A profissionalização do Legislativo: um modelo de análise comparada para o caso brasileiro*. Paraná, Tuiti 2010;
- PETIT**, Pere: *Chão de Promessas: elites políticas e transformações econômicas no Estado do Pará pós-1964*. Belém: Parka-tatu, 2003;
- PLATAO**: *A República*. Tradução: Pietro Nassetti. São Paulo. 3ª Edição. Martin Claret. 2000. 10ª reimpressão 2014;

- PLATÃO E ARISTÓTELES:** *A política*. Disponível em: <[<http://forumpatria.com/filosofia-ciencis-sociais-e-psicologia/a-politica-de-aristoteles-por-fernando-toscano\(1\)>](http://forumpatria.com/filosofia-ciencis-sociais-e-psicologia/a-politica-de-aristoteles-por-fernando-toscano(1))>;
- QUINTANEIRO**, Tania. *Um toque de clássicos: Marx, Durkheim e Weber*. 2ª Edição. Revisada e ampliada. Belo Horizonte, UFMG, 2002;
- REY**, Luís: *Planejar e redigir trabalhos científicos*. 2ª Edição. São Paulo. Editora Edgard. 1993;
- RODRIGUES**, Leôncio Martins: *Mudanças na classe política brasileira*. Rio de Janeiro. Centro Edelstein de Pesquisas Sociais. Biblioteca Virtual. 2009;
- RUSH**, Michael. *The role of the member of Parliament since 1868*. Oxford University Press, 2001;
- SADEK**, Maria Tereza. *Nicolau Maquiavel: o cidadão sem fortuna e Textos de Maquiavel* in Weffort F. *Os Clássicos da Política I*. São Paulo, Ática, 2004 (13ª Edição).
- SCHILLING**, Voltaire. *O sonho de Platão*. Disponível em: <http://educaterra.terra.com.br/voltaire/platao3.htm>> Acesso: 02 ago. 2013;
- SCHILLING**, Voltaire. *A política de Aristóteles*. Disponível em: <http://educaterra.terra.com.br/voltaire/politica/aristoteles_politica.htm> Acesso: 20 ago. 2013;
- SCHLESINGER**, Joseph A. *Political parties and the winning of office*. Ann Arbor: The University of Michigan Press, 1998;
- SELL**, Carlos Eduardo: *Sociologia Classica: Durkheim, Weber e Marx*. Itajaí, Ed. Univale, 2002 (4ª Edição).
- SEVERINO**, Antonio Joaquim: *Metodologia do Trabalho Científico*. 15ª Edição Revisada. São Paulo. Cortez Editora. 1989;
- SILVA**, Rosineide Guilherme. *A utopia do século XVI até os dias de hoje*. Disponível em: <http://www.eduquenet.net/morus.htm>;
- SILVA**, Marcia. *Poder local: conceito e exemplos de estudo no Brasil*. UNICENTRO. 2008;
- SOUZA**, Regina Luna Santos de. *Ciência Política: decisões, escolhas e instituições*. Vestcon. Brasília, 2008;
- TERSEUR**, Françoise: *O ideal de Platão*. Disponível em: http://www.nova-acropole.pt/a_ideal_platao.html;
- WEBER**, Marx: *Ensaio de Sociologia*. Rio de Janeiro. LTC Editora, 1982 (5ª Edição);
- WEBER**, Max: *Metodologia das Ciências Sociais, Parte 2*. Tradução Augustin Wernet; Introdução à edição brasileira de Maurício Tragtenberg. Campinas SP, Editora Cortez, 1992 (2ª Edição);
- WEBER**, Max: *Economia e Sociedade: Fundamentos da Sociologia Compreensiva*. Volume 1. Brasília. Editora UNB. 2000;
- WEBER**, Max: *A Ética protestante e o espírito do capitalismo*. 2ª Edição. São Paulo. Editora Martin Claret. 2007;
- WEBER:** *O método compreensivo de Weber*. Disponível em: <http://www.cliceducacao.com.br/conteúdo/pagina/0,6313,POR-4632-40558-,00.html>;
- WEBER, Max:** *Ciência e Política: Duas Vocações*. Tradução: Leônidas Hegenberg e Octany Silveira da Mota. Berlin. 1967;

DANIEL, Celso. Poder Local no Brasil Urbano. Revista Espacos & Debates. São Paulo: Cortez, n. 24. P. 26-39

DAVIDOVICH, Fany. Poder local e município. Revista de Administração Pública. Rio de Janeiro, n. 27, 1993. P. 05-14;

HORTA, Maurício. Por que nossa política é tão burra. Revista Super Interessante. São Paulo. Edição 320. P. 38, Julho de 2013.

ARQUIVOS

Fundação Casa da Cultura de Marabá
Câmara Municipal de Marabá
Jornal Correio do Tocantins

APÊNDICE A- Modelo do roteiro para entrevista com vereadores da Câmara Municipal de Marabá.

V. S.^a,

Vereador da Câmara Municipal de Marabá:

Eu, Roseane Silva Vila Nova, discente do Curso de Ciências Sociais – Campus I – UFPA, matrícula 06209001207, venho pelo presente solicitar sua contribuição para realizar a pesquisa do meu Trabalho de Conclusão de Curso que só será possível através do questionário a baixo:

- 1- O que o motivou inicialmente a enveredar pelos caminhos políticos?
- 2- Quantos mandatos você possui?
- 3- Qual seu grau de instrução e qual foi sua formação escolar?
- 4- Quantas proposições de sua autoria foram efetuadas em sua vida legislativa e qual a natureza delas?
- 5- Qual seu histórico de filiação partidária? Por quantos partidos você militou desde sua primeira filiação e quanto tempo permaneceu em cada um deles?
- 6- Qual seu histórico profissional? Em quais áreas atuou profissionalmente antes de ser vereador?
- 7- Você desempenha atualmente alguma atividade profissional paralela a vida parlamentar?
- 8- Qual fato você gostaria de destacar de mais relevante em sua carreira política?
- 9- Qual seu maior compromisso enquanto parlamentar?
- 10- O que significa para você a palavra “povo”?
- 11- Quais seus planos políticos para o futuro?
- 12- Analisando as manifestações populares recentes, que inclusive também aconteceram no município de Marabá, você acha que a vida política hoje é uma vocação ou uma profissão?

Certa de sua colaboração manifesto meus protestos da mais alta estima e consideração.